

## Acções de massas em todo o país

# Em defesa dos trabalhadores contra o Governo "AD" / Balsemão

Pág. 5/12



**Eleitos da APU  
no Grande Porto  
mostram  
como se trabalha  
ao serviço  
das populações**



Pág. 8

## Delimitação dos sectores público e privado

**— uma manobra da AD em marcha**

Em entrevista ao «Avante!», o camarada Veiga de Oliveira desmascara o significado e os verdadeiros objectivos da AD ao apresentar de novo na Assembleia da República a inconstitucional lei sobre a delimitação dos sectores público e privado.

Pág. 3

## O socialismo reforça-se e avança



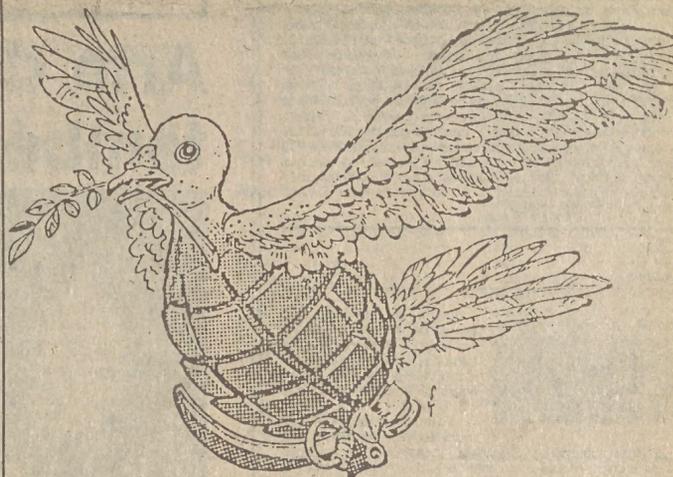
Terminaram, respectivamente em Berlim e Praga, os Congressos dos comunistas da RDA e da Checoslováquia. Dois marcos importantes na caminhada imparável para a construção do socialismo avançado, a caminho da sociedade comunista.

Pág. 9/10



## Luta pela Paz

— uma exigência  
dos tempos presentes



A luta pela Paz é uma exigência dos tempos presentes. Uma luta que diz respeito e mobiliza os povos e as forças democráticas de todo o mundo. Disso falamos neste número, mais uma vez. E continuaremos.

Em Portugal, enquanto prossegue a divulgação do abaixo-assinado contra a instalação no nosso país de armas nucleares, que já recolheu milhares de adesões, multiplicam-se as iniciativas com o mesmo objectivo, algumas viradas para situações muito concretas, a nível internacional, como é o caso de El Salvador (pág. 11).

No estrangeiro, avultam as tomadas de posição dos países socialistas em defesa da Paz, como mais uma vez agora aconteceu nos Congressos dos partidos-irmãos da RDA e da Checoslováquia (págs. 9 e 10).

**Editorial**

## UM GOVERNO E UMA POLÍTICA SOB O SIGNO DA CRISE

Pág. 2

# SEMANA Nacional

8 Quarta-feira



Os Sindicatos da Função Pública exigem que o Governo se retrate das declarações do ministro da Reforma Administrativa prestadas na TV na passada segunda-feira e vão reivindicar tempo de antena na RTP para responder àquela intervenção, que consideram grosseira e insultuosa; por outro lado a Frente Comum dos 28 Sindicatos do sector, em resposta à actuação do Governo, convoca três dias de greve nacional para a próxima semana, uma greve de zelo até ao fim do mês, uma concentração em Lisboa na próxima segunda-feira e diversos plenários nos locais de trabalho. No comunicado final das suas III Jornadas Parlamentares o grupo parlamentar do Partido Socialista considera que a revisão constitucional «deverá limitar-se aos pontos estritamente indispensáveis, decorrentes da inconstitucionalidade de alguns preceitos constitucionais e da necessidade de, cinco anos passados, ter em conta os resultados da experiência de funcionamento das instituições democráticas». Durante a entrega de diversos bens a um agrário da UCP Libertade de Seda, em Alter do Chão, o tenente Bugio e o primeiro-sargento Ramos, comandantes da força da GNR que apoiou a entrega, arrebataam com violência, por duas vezes, os raios contidos na máquina fotográfica de Luis Manuel de Vasconcelos, repórter do matutino «o diário».

9 Quinta-feira

O ministro da Defesa, Azevedo Coutinho, anuncia que visitará os EUA em Maio ou Junho «a convite» do secretário-geral-americano da Defesa, Caspar Weinberger. O Secretariado do PS manifesta a sua preocupação «face à política antipopular do Governo AD, que afecta gravemente as condições de vida dos trabalhadores».

10 Sexta-feira



Cerca de 50 000 trabalhadores da CP e do «Metro» de Lisboa, da Transtejo, Socamar, STCP, RN e Carris paralisaram completamente entre as 10 e as 14 horas, deixando de transportar mais de cinco milhões de pessoas, em luta por questões salariais e profissionais e para impedir o Governo «AD» de destruir aquelas empresas nacionalizadas e entregar a privados os sectores lucrativos. Milhares de pessoas manifestam, no Porto, a sua indignação face à política do Governo AD/Balsemão durante a visita do Primeiro-Ministro hoje efectuada a esta cidade; Pinto Balsemão, que se deslocou acompanhado de dois ministros, três secretários de Estado, quatro chefes de gabinete e cinco assessores, ouviu gigantescas vaias em vários locais do percurso. Os representantes das Comissões das Comunidades Portuguesas da Europa ao Conselho das Comunidades (RFA, Bélgica, Noruega, Dinamarca, Espanha, França, Finlândia, Luxemburgo e Suécia) acusam o Governo de «pretender impor um quadro de discussão limitativo e com uma prioridade que não corresponde às aspirações e problemas urgentes dos emigrantes».

11 Sábado

A Coordenadora das Comissões de Trabalhadores do Sector Bancário toma posição, numa petição à Assembleia da República, contra a criação de bancos privados prevista pelo Governo no novo projecto de lei de delimitação dos sectores, alertando que «a abertura da banca à iniciativa privada porá em risco os postos de trabalho dos bancários e criará as condições necessárias ao reaparecimento dos grupos monopolistas», chamando ainda a atenção para a inconstitucionalidade do projecto governamental, que mais não é que uma reedição de três outros diplomas rejeitados pelo Conselho da Revolução. Realiza-se no Centro de Medicina de Reabilitação de Alcoitão, perto de Lisboa, o Encontro Nacional de Deficientes, que teve a participação de mais de 700 deficientes. Representantes dos trabalhadores das cerca de 200 empresas em luta nos distritos de Lisboa e Setúbal, reunidos nos estaleiros da Parry & Son, em Cacilhas, decidem contribuir para transformar as comemorações do 1.º de Maio na maior jornada realizada no Portugal de Abril.

12 Domingo



Reunindo mais de 200 delegados de todo o país no Anfiteatro 1 da Faculdade de Letras de Lisboa, termina o 1.º Congresso da Federação Nacional dos Sindicatos das Comunicações e Telecomunicações, que decorreu este fim-de-semana sob o lema «consolidar a unidade, fortalecer a organização e desenvolver o sector no interesse dos trabalhadores». O secretário-geral do PS, Mário Soares, obtém a maioria nas «eleições primárias» para o Congresso do seu partido, que se realiza nos dias 8, 9 e 10 de Maio. É noticiado que, contra a opinião unânime das Câmaras do Porto e de Gaia, o Governo prepara-se para decidir, dentro de duas semanas, sobre a implantação de uma ponte apenas ferroviária sobre o rio Douro; aquelas autarquias, confrontadas com graves problemas de tráfego, reclamam a construção de uma ponte igualmente rodoviária.

13 Segunda-feira

Milhares de trabalhadores da Função Pública concentram-se junto ao Ministério da Reforma Administrativa em Lisboa reclamando o reconhecimento do direito à negociação colectiva e protestando contra as afirmações proferidas pelo ministro da tutela, Eusebio de Carvalho; houve também uma concentração em Ponta Delgada, em frente à sede do Governo Regional dos Açores. Inicia-se na Aula Magna da Reitoria da Universidade Clássica de Lisboa o II Encontro Nacional de Educação Especial, com a presença de algumas centenas de técnicos, especialistas e professores ligados ao Ensino Especial. Mário Soares, secretário-geral do PS, declara em conferência de imprensa que a questão das alianças do PS será objecto de «debate nas bases do partido», seguido de referendo.

14 Terça-feira

Muitos milhares de trabalhadores em Lisboa, Porto e Amadora protestam nas ruas contra o aumento do custo de vida. A Direcção da Organização Regional do Porto do PCP considera que a recente visita de Pinto Balsemão a esta cidade, além de se saldar num significativo desaire, traduz por outro lado o isolamento do Governo, de tal forma que este sente a necessidade de atribuir à acção exclusiva dos comunistas todo o enorme descontentamento popular provocado pela sua política desastrosa. Os trabalhadores da Função Pública iniciam uma greve nacional de três dias e prezam hoje o sexto dia de paralisação em pouco mais de um mês. A CGTP-IN apela a todas as organizações sindicais e a todos os trabalhadores para que considerem a luta contra o aumento do custo de vida um dos objectivos fundamentais, na situação actual.

## Editorial

# UM GOVERNO E UMA POLÍTICA SOB O SIGNO DA CRISE

**S**OB o poderoso impacto do movimento popular de massas na hora actual revelam-se a uma crua luz a hipocrisia política, a incompetência administrativa e o carácter reaccionário de classe do Governo AD/Balsemão.

De maneira notória, neste primeiro trimestre de 1981, o Governo adensou a crise, criou uma situação objectiva complicada e difícil para a população trabalhadora, comprometeu ainda mais a Independência nacional. É o responsável directo pelo agravamento da situação mas, entretanto, sacode a água do capote.

A conhecida tática do cartelista que grita «agarra que é ladrão!» aplica-se com inteira propriedade ao comportamento geral dos governantes «AD», particularmente em matéria de política económica e social.

No plano social, o Governo AD/Balsemão joga com os preços de produtos e serviços de primeira necessidade aumentando uns e «liberalizando» outros — o que conduz igualmente à alta dos preços — bloqueia a contratação colectiva, promove de facto a baixa do salário real; fomenta e sanciona ou protege práticas repressivas e atentatórias dos direitos e liberdades dos trabalhadores e das suas organizações sindicais, viola descaradamente a legalidade democrática no capítulo da legislação do trabalho e das garantias de emprego; responde com a recusa ou a calúnia a reivindicações de flagrante justiça das classes trabalhadoras; destrói as UCPs e faz regressar de novo aos campos do Alentejo e do Ribatejo a desolação e os dias negros do passado.

É à política do Governo AD/Balsemão e à resistência obstinada do grande patronato enrincheirado na CIP que cabem as responsabilidades directas pelo agravamento da situação social e da desestabilização laboral no momento presente, mas os governantes e especialmente o Primeiro-Ministro continuam a tocar na estafada tecla das motivações essencialmente políticas das importantes greves e lutas em curso.

O potente movimento de massas que levanta de Norte a Sul do Continente e nas Regiões Autónomas muitos milhares de trabalhadores por reivindicações concretas, jamais poderia assumir a dimensão, a combatividade e a unidade alcançadas sem a motivação de poderosas razões objectivas.

As declarações irresponsáveis do Primeiro-Ministro acerca da forma hostil como foi recebido pela população do Porto e as palavras provocadoras do ministro da Reforma Administrativa, Eusebio de Carvalho, encheram de indignação os trabalhadores, reforçam as suas razões de luta, permitem-lhes ver com maior clareza quanto são os verdadeiros responsáveis pela situação criada.

O balanço das lutas e greves do mês de Março e dos primeiros dias de Abril, comparativamente aos meses de Janeiro e Fevereiro, é elucidativo: dos operários de 327 empresas que estiveram em luta no último período, os de 70 empresas recorreram à greve que somou 114 129 dias de paralisação contra, respectivamente, 324 empresas, das quais 67 em greve, no total de 103 957 dias de paralisação em Janeiro e Fevereiro.

Daquele total, 97 foram motivadas por cadernos reivindicativos de empresa, 58 contra os despedimentos e processos de suspensão de trabalhadores, 48 contra o não cumprimento de Contratos Colectivos de Trabalho, 40 por atentados às liberdades sindicais, 28 por aumentos salariais e contra os

aumentos selectivos, 23 pela falta de pagamentos de salários.

Nestes números não se incluem os Transportes e Função Pública, e esta, cuja greve está actualmente em curso, recolheu como a dos Transportes, a adesão da imensa maioria dos trabalhadores.

A «greve de informação» dos trabalhadores da Reforma Agrária exprime o vivo protesto contra a ofensiva destruidora daquela preciosa conquista de Abril pelo Governo actual; contra o desemprego.

Mais de 490 000 hectares de terras foram roubadas às UCPs. Apesar disso, hoje ainda, em cerca de 400 UCPs, com uma área total ainda superior a 600 000 hectares, 25 000 trabalhadores da Reforma Agrária mantêm-se de pé e dão luta a uma feroz ofensiva que dura há 5 anos.

A obra criminoso de destruição da Reforma Agrária, agora de novo intensificada pelo Governo AD/Balsemão, lançou no desemprego mais de 20 000 trabalhadores, o parque pecuário foi submetido a verdadeiras razias, terras foram de novo entregues aos antigos latifundiários.

Estes têm no maior abandono 250 herdadas das reservas recebidas e em 200 delas deixaram apodrecer a azeitona. Das 400 barragens, albufeiras e charcas construídas pelos trabalhadores das UCPs mais de 130 foram despejadas ou ficaram por aproveitar nas mãos dos agrários.

A greve dos trabalhadores da Reforma Agrária reflecte uma situação profundamente lesiva de milhares de famílias do Alentejo e do Ribatejo, de novo em vias de serem submetidas à ganância e à exploração desenfreadas dos grandes agrários, e não pode deixar de suscitar a solidariedade activa de todos os trabalhadores e democratas, de todo o Povo português.

As poderosas greves e lutas por reivindicações concretas e imediatas estão a assumir, pela resistência do Governo e do grande patronato ao reconhecimento da sua justiça e das suas razões objectivas, uma inevitável expressão política.

A recusa do Governo AD/Balsemão e do grande patronato a satisfazer as justas reclamações dos trabalhadores mostra cada vez mais que com tal Governo nenhuma melhoria séria é possível.

A amplitude das lutas travadas neste primeiro trimestre do ano em curso, a crescente unidade e combatividade que assumiram nas últimas semanas, representam um salto qualitativo no movimento popular de massas no momento actual.

Esta mudança qualitativa começa a impor formas de unificação a vários níveis no plano regional e nacional e uma redefinição de objectivos que necessariamente se chocam com a política do Governo AD/Balsemão.

É inevitável, se até lá o Governo continuar surdo às justas reivindicações dos trabalhadores, que a grande jornada de luta e de unidade da classe operária no 1.º de Maio assumirá um carácter vincadamente político contra a «AD» e o seu Governo e que as comemorações do Dia Internacional dos Trabalhadores representarão um novo passo em frente para o desenvolvimento do movimento de massas.

No processo de luta em curso o Governo AD/Balsemão define-se cada vez mais como um Governo inimigo dos trabalhadores e das classes e camadas médias do Povo, caminha de maneira

acentuada para o isolamento político, mostra, de maneira cada vez mais visível, a sua verdadeira natureza política e de classe.

EM consonância com a sua política social torna-se também cada vez mais notório que, no plano económico, é o móbil dos interesses de classe dos grandes capitalistas e latifundiários e dos grupos multinacionais que determina a política do Governo AD/Balsemão.

A destruição violenta da Reforma Agrária, retomada de novo em força, e a nova ofensiva contra o sector público e nacionalizado através da reposição pura e simples da celerada «lei dos limites», várias vezes chumbada por inconstitucionalidade, são formas cavilosas de reconstrução em pleno dos monopólios e latifúndios, do poder económico do grande capital.

Simultaneamente recrudescerá a ofensiva para a revisão inconstitucional da Constituição a que uma recente declaração de Mário Soares, pela sua ambiguidade, deu uma contribuição de registrar.

É de esperar o recrudescimento desta ofensiva no plano interno tanto mais que no plano externo, a operação política CEE se torna cada vez mais problemática e distante.

Os patrões monopolistas da CEE não se mostram muito receptivos às pressas de integração do Governo «AD». Os prazos vão sendo ampliados e levados para as «calendas gregas», as dificuldades internas da CEE agravam-se, os resultados são cada vez menos animadores para os países e sectores menos protegidos.

Na Grã-Bretanha cresce o movimento para a saída e na Dinamarca uma tendência para o mesmo ganha força.

Os ganhos da industrialização monopolista no seio da CEE vão cada vez mais para as grandes empresas multinacionais com a destruição de milhares de pequenas, médias e mesmo grandes empresas.

Em França a concentração siderúrgica no seio da CEE levou já, em 20 meses, à supressão de 43 000 empregos. Em 11 anos, no sector da agricultura desapareceram em média cada ano 37 000 produtores leiteiros. Cem proprietários de vacas leiteiras desapareceram por dia. Os resultados são sensivelmente os mesmos noutros ramos de produção agro-pecuária.

Que vão pensando nisto os nossos agricultores a quem o Governo AD/Balsemão quer sacrificar arrastando Portugal para a infernal engrenagem da CEE na sua «operação política» contra a democracia portuguesa e as conquistas do 25 de Abril.

É toda esta problemática de crise que o Povo português tem diante de si neste 7.º ano do vitorioso e heróico «Movimento dos Capitães».

As comemorações do Dia da Liberdade terão inevitavelmente este ano um profundo cunho patriótico e popular, não poderão deixar de representar um importante passo em frente na defesa da democracia ameaçada, na defesa das transformações económicas e sociais operadas pelo 25 de Abril, na defesa da Constituição democrática dos portugueses saudada com entusiasmo pela esmagadora maioria do Povo português.

A exigência da demissão do Governo AD/Balsemão torna-se prementíssima e inadiável.

O grito que sai cada vez mais potente do movimento popular de massas: «A luta continua — Balsemão para a rua» encontra um profundo eco no coração dos portugueses.

# Arte de massas, arte revolucionária também vão contar 60 anos de luta



Pela aplicação de uma técnica antes exclusivamente cenográfica, um novo «muralismo» deu entrada em 1976 nas realizações do nosso Partido e na nossa cultura de massas: a «pintura no chão», sobre painéis de madeira que se erguem depois em espaços pensados «para toda a gente», sempre que não temos paredes ou sempre que as queremos erguer. Não são muitos os artistas que as fazem. Rogério Ribeiro está entre os pioneiros: É-lo pintando o que poderá talvez chamar-se o ciclo da agitação: o embulho de imprensa que sai da tipografia e acabará, lançado por mãos comunistas nas mãos de muitos outros trabalhadores

A pouco mais de vinte dias da abertura da exposição sobre 60 anos de vida e de luta do PCP, no Pavilhão dos Desportos de Lisboa, muito do que povoará o novo espaço que ali se criará está feito. A partir da próxima semana, serão já também os montadores de andaimes, carpinteiros, electricistas, pintores que erguerão os novos planos, centenas de metros de «parede», zonas de cor e de luz que se desdobrarão, organizados para contar

casos singulares como foi o assassinato de Alex e de José Dias Coelho, ou de ambientes e situações que foram uma constante da luta antifascista (dados, por exemplo, através de elementos escultóricos, numa «cena de tortura»), o sentido Histórico dos acontecimentos de que se foi entretecendo a nossa história revolucionária. Recriar, a partir de casos exemplares seriamente investigados e da soma das nossas memórias, que só num partido como o nosso

nosso Partido, partido de massas, permitiu — os novos estímulos da criação artística, e também as novas técnicas de uma arte de massas que é o nosso património.

É dar-lhe também diremos nós a marca que, em todas as situações históricas, os comunistas imprimem à sua acção revolucionária — a ligação ao trabalho, o espírito de sacrifício e a «humildade» com que se agarram a cada tarefa.

Deixemos hoje na sombra (até ao momento que virá, em que fazer a história do nosso Partido será também fazer a «História desta exposição» — ou em muitos dos seus traços, a «história das festas do «Avante!» o grande colectivo «anónimo» que pensa e planifica, que pesquisou, recolheu, maquetou, desenhou, fotografou, ampliou, escreveu milhares de documentos em centenas de fontes, e mostramos, como exemplo, o que é o trabalho de dois pintores e dois escultores trabalhando abnegadamente para que, em 3 de Maio, a todos nos seja dada a História de 60 anos de vida e de luta.

## De 7 a 24 de Maio

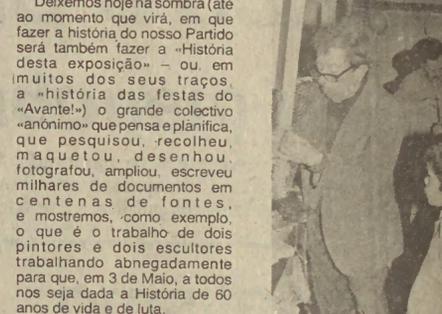
A inauguração da grande Exposição sobre os 60 anos de vida e de luta do PCP estava prevista para 3 de Maio. Entretanto, por razões técnicas, foi decidido que o certame, a realizar no Pavilhão dos Desportos, decorrerá entre 7 e 24 de Maio.

a História do nosso Partido e da luta do povo português de que há decénios ele se tornou vanguarda.

Será uma exposição documental? Sem dúvida. Milhares de documentos, escritos e fotográficos, nos seus originais ou em ampliações fotográficas, são o resultado de meses de pesquisa e de selecção orientados pela preocupação do rigor histórico.

Mas esses documentos, acrescentados dos escassos objectos que foi possível salvar de 48 anos de terror fascista, do roubo e destruição sistemáticos das coisas (e em tantas vezes das vidas...) que deram corpo à luta revolucionária — esses documentos estão aquém da possibilidade dos comunistas de reconstituir História.

Como já foi dito, temos a grande vantagem de poder fazer História a partir do testemunho de muitos dos que a fizeram e viveram... É esta memória viva e colectiva que permite reconstituir os elos que porventura faltam na documentação. Sobretudo, pela intervenção da criação artística, sintetizar, dar unidade às situações vividas e ao seu próprio fluir. Ou trazer à nossa inteligência, pela recriação de



Num pequeno atelier ali para as bandas de Santos, segundo técnicas que vão «inventando» e uma nova utilização de materiais, os escultores Virgílio Domingues e António Trindade constroem — cabeças por eles agora que ainda não começou ali o seu trabalho de pintar, vai serrando, martelando e revestindo — as figuras em tamanho natural que ajudarão a reconstituir os quadros da vida e da luta clandestina

## EFEMÉRIDE DA SEMANA

Em 10 de Abril de 1821 as Cortes Constituintes decretam a abolição dos privilégios em Portugal; uma nova liberdade — contendo a iniciativa económica e a igualdade civil perante a lei — substitua assim as relações feudais do País.

No n.º 70 de  
Proletários de todos os países: UNI-VOS!

# O Militante

BOLETIM DE ORGANIZAÇÃO DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

À VENDUA



O jornal dos trabalhadores da democracia e do socialismo

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português, Rua Soares Pereira Gomes 1699, Lisboa-CODEX, Tel. 768345  
ADMINISTRAÇÃO: Editorial Avante, SARL, Av. Santos Dumont, 57-2.º Dt.º - 1000 Lisboa, Tel. 769744/769751

DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua Soares Pereira Gomes - 1699 Lisboa-CODEX, Tel. 769725/769722

DISTRIBUIÇÃO:  
CDL, Central Distribuidora Livreira, SARL, Serviços Centrais, Av. Santos Dumont, 57-2.º Dt.º - 1000 Lisboa, Tel. 776626/776625  
Centro Distribuidor de Lisboa: Av. Santos Dumont, 57-C/V - 1000 Lisboa, Tel. 769705. «Abrange os distritos de Lisboa, Santarém e Setúbal»  
Casa de Venda em Lisboa: Rua do Século, 80 - 1200 Lisboa, Tel. 372236

Centro Distribuidor do Norte: R. Miguel Bombarda, 57B - 4000 Porto, Tel. 26939  
Casa de Venda: R. do Almada, 18-2.º Esq. - 4000 Porto, Tel. 310441  
Centro Distribuidor do Centro: Rua 1.º de Maio 186, Pedreira - 3000 Coimbra, Tel. 31286  
Centro Distribuidor do Alentejo: Alarcova de Baixo, 13 - 7000 Évora, Tel. 26361  
Centro Distribuidor do Algarve: Rua 1.º de Dezembro, 23 - 8000 Faro, Tel. 24417  
ASSINATURAS:  
Av. Santos Dumont, 57-2.º Esq.º - 1000 Lisboa, Tel. 779828

PUBLICIDADE CENTRAL:  
Av. Santos Dumont, 63-A - 1000 Lisboa, Tel. 776936/776750, Porto - Rua do Almada, 18-2.º Esq.º - 4000 Porto, Tel. 361067  
EXPEDIÇÃO:  
R. João de Deus, 24 - Venda Nova - 2700 Amadora, Tel. 900044  
Composto e impresso na Heskia Portuguesa, R. Elias Garcia, 27 - Venda Nova - 2700 Amadora  
Tiragem média no mês de Março: 67 975

Nacional

# «Nova» lei dos sectores da AD visa facilitar o regresso dos grandes grupos financeiros

## ● Entrevista com Veiga de Oliveira

«No essencial, a proposta de lei de delimitação dos sectores avançada pelo Governo AD/Balsemão constitui um exemplo acabado das tentativas de violação e subversão da Constituição da República por meio da lei ordinária» — disse ao «Avante!» o camarada Veiga de Oliveira, vice-presidente do Grupo Parlamentar do PCP, no decurso de uma breve troca de impressões acerca desta nova tentativa da direita para «fazer passar» uma lei que o órgão constitucional competente já «chumbou». Dado que o «novo» texto é exactamente igual ao anterior, tudo indica, como adiantou Veiga de Oliveira, estamos perante o relançamento por parte da AD «da guerrilha institucional e da desestabilização do regime democrático». Se outras não houvesse, estas razões bastariam para a necessidade do urgente desmascaramento dos propósitos da direita.

P. Mais uma vez a direita insiste em ameaçar com a famigerada lei de delimitação dos sectores público e privado. Anteriores tentativas esbarraram com a determinação de outros órgãos de soberania em cumprir

a Constituição. Depois da derrota de 7 de Dezembro, não tendo a AD conseguido impor ao País um Presidente dócil aos seus desígnios, que significado tem esta nova tentativa? Que pretende a AD?

R. A derrota catastrófica da

AD, em 7 de Dezembro, e a consequente vitória popular com a reeleição de Ramalho Eanes, impôs mudanças de andamento e de estilo ao projecto antidemocrático e reacção da AD; por isso, a actual proposta de lei do Governo AD/Balsemão significa também o relançamento da guerrilha institucional e da desestabilização do regime democrático.

P. A AD tem argumentado que a anterior lei de delimitação não foi «chumbada» na Comissão Constitucional, concluindo daí que ela é, portanto, constitucional. O Conselho da Revolução, por sua vez, através de vários dos seus membros, já tomou público que, ao vetar a lei, o tinha feito por razões políticas, e não outras. Que nos podes dizer a este respeito?

R. A argumentação usada pela AD é enganadora e demagógica. Quem «chumba» ou não «chumba» as leis é o Conselho da Revolução e não a Comissão

Constitucional. A Comissão Constitucional limita-se a dar um parecer fundamentado, votado e com as declarações de voto dos seus membros. É ao CR que compete declarar a constitucionalidade ou inconstitucionalidade das leis, tendo em conta o parecer, as justificações e motivação das posições dos membros da CC. Sucede que o texto actual da

entrada em vigor de uma lei que delimitasse a moda da AD os sectores público e privado?

R. Só como hipótese especulativa poderemos aceitar a pergunta. Preferimos colocar a questão de outra forma: quais os objectivos visados pelo texto da proposta de lei da AD sobre a delimitação dos sectores público e privado?

**Não conseguindo destruir a Constituição pela via do referendo inconstitucional, tomado impossível pela derrota de 7 de Dezembro, o Governo AD/Balsemão insiste na sua subversão pela lei ordinária e simultaneamente coloca marcos para os seus futuros ataques às instituições e à democracia portuguesa.**

proposta de lei do Governo AD/Balsemão é «ipsis verbis» o da terceira tentativa do governo Sá Carneiro/AD, já declarado inconstitucional pelo CR. O texto é o mesmo — a deliberação terá de ser a mesma.

P. Que significaria, para a sociedade portuguesa e os trabalhadores em particular, a eventual

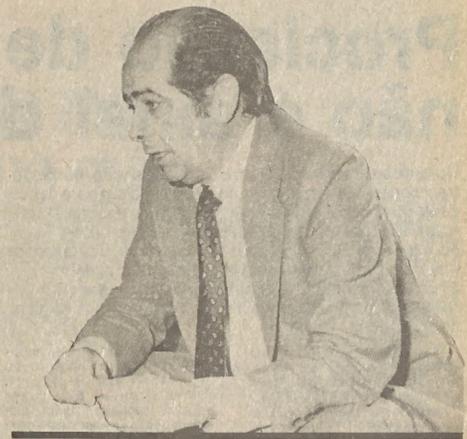
A substância da proposta visa eliminar todas as barreiras jurídicas à reconstrução do poder dos grandes grupos financeiros que, com algumas caras e alguns nomes novos, se identificam ainda em boa parte com os que, anteriormente ao 25 de Abril, monopolistas e latifundistas, dominavam completamente

a economia e em consequência a política e o regime. Isto significa que, no essencial, a proposta de lei de delimitação dos sectores avançada novamente pelo Governo AD/Balsemão, constitui também um exemplo acabado das tentativas de violação e subversão da Constituição da República por meio da lei ordinária.

Não conseguindo destruir a Constituição pela via do referendo inconstitucional, tomado impossível pela derrota de 7 de Dezembro, o Governo AD/Balsemão insiste na sua subversão pela lei ordinária e simultaneamente coloca marcos para os seus futuros ataques às instituições e à democracia portuguesa.

P. Como vão lutar os comunistas, nomeadamente na Assembleia da República, para tentar impedir a passagem do diploma e denunciar-lhe a finalidade?

R. Aos comunistas e aos seus deputados cabe um papel essencial na denúncia das manobras da direita



reaccionária acantonada dentro e fora da AD. Cabe-nos esclarecer e mobilizar os trabalhadores, os democratas e a opinião pública em geral, sobre o verdadeiro significado das propostas do Governo. É indispensável que os órgãos de soberania não dominados pela AD sintam o apoio forte da maioria dos portugueses para, mais uma vez, tomarem com segurança a única posição democrática e constitucional e, contra todas as pressões do grande capital e do imperialismo, recusarem mais esta chantagem do Governo AD e da sua maioria de deputados.

P. Há consenso — ou poderá vir a haver — no seio das forças democráticas quanto a uma luta

comum para fazer frente ao projecto do Governo e da sua maioria?

R. Há acordo suficiente entre os democratas para lutarem contra esta nova tentativa anticonstitucional, antidemocrática e reacção da AD. Isto não significa que haja um plano de luta concertado em comum entre as forças democráticas. Há, apesar de tudo, acções concorrentes e mesmo coincidentes pelas quais a oposição, os democratas e, em especial, comunistas e socialistas, formem uma barreira capaz de cortar o passo à reacção, defender os interesses do sector público, das empresas nacionalizadas, da economia nacional, dos trabalhadores portugueses e da democracia.

# O que incomoda Balsemão

Houve quem o visse, o Primeiro-Ministro da «AD», no écran subversivo da televisão. Balsemão, que se entreteve em encontros de patrões, no Porto, e que se enfiou no automóvel evitando olhar a manifestação que o ia, tentou descarregar para sobre o Partido Comunista Português, à partida para a CEE onde quer mas lhe é difícil integrar Portugal, a responsabilidade da manifestação de descontentamento.

A propósito das declarações de Pinto Balsemão, o Gabinete de Imprensa da Direcção da Organização Regional do Porto do PCP publicou um comunicado, no qual afirma que de tais declarações se pode concluir o significativo desejo da demagógica visita, ao mesmo tempo que se depende o crescente isolamento de um Governo que sente necessidade de atribuir à acção exclusiva dos comunistas todo o descontentamento popular pela sua política desastrosa.

É significativo salientar que o PM — diz o comunicado da SIP da DORP — ao mesmo tempo que procurou nas suas declarações públicas minimizar e distorcer o ambiente de descontentamento popular no Porto, tenha mandado instalar na Sé, no segundo dia da sua visita, um enorme e vulgar dispositivo policial que impediu completamente o livre acesso à população.

O documento sublinha ainda o facto de Pinto Balsemão, no momento em que dezenas de milhares de trabalhadores do Porto estão em luta (STCP, Rodoviária, Função Pública, Professores, Material Eléctrico, EDP, Lousas de Valongo e muitos outros), se ter recusado a receber delegações dos trabalhadores, ao mesmo tempo que almoçava, recebia e se fazia acompanhar por delegações patronais.

Reafirmando ser inteiramente justa a luta dos

trabalhadores e do povo do Porto contra o brutal aumento dos preços e tarifas decidido pelo Governo e pelas Câmaras «AD», contra a exploração e por salários que reponham o poder de compra dos trabalhadores, o comunicado sublinha a determinação e a unidade dos mais variados sectores da população e dos trabalhadores que em número de dezenas de milhares decidiram com o apoio dos seus sindicatos, convocar para terça-feira passada uma manifestação contra a carestia e por aumentos de salários.

O documento termina sublinhando o significado do amplo movimento popular de protesto contra a política do Governo «AD» e da vontade dos trabalhadores e do povo em defender os seus legítimos direitos e as conquistas de Abril duramente alcançadas.

E é isto — afirma — que incomoda o sr. Primeiro-Ministro da «AD».

# Por todo o país Abril comemora-se em unidade

As comemorações do 25 de Abril estão em marcha. Por todo o País, amplamente unitárias, organizam-se comissões que preparam festas e outras iniciativas que, sete anos passados, vão recordar de modo vivo e virado para o futuro, a data em que os portugueses viram e participaram na libertação, rasgando o manto negro do fascismo.

Das muitas notícias que certamente vão chegar à nossa redacção começamos já por divulgar algumas.

**Porto**  
Uma Comissão Promotora constituída por grandes colectividades, estruturas populares, sindicatos e outras organizações populares prepara as Comemorações do 25 de Abril no Porto. Integram a Comissão Promotora o Cine-Clube do Porto, a Cooperativa Avore, o Coral de Letras, a UNICEPE, Os Modestos, Seiva Trupe, TEP, USP, MURPI, MVD, CUM do Porto, MDM, União das Associações de Moradores, Comissão Central dos Bairros Camarários, Comissão Regional das Cooperativas de Consumo e Secretariado dos Trabalhadores-Estudantes do Ensino Secundário.  
O Programa, que se estende

de 24 de Abril, à noite, até à tarde do dia 25, tem como pontos mais salientes as grandes festas populares que terão lugar na baixa do Porto no dia 24 à noite e na tarde do dia 25, a «Corrida da Liberdade» e o «Cortejo da Liberdade».

A «Corrida da Liberdade» será às 22.30 do dia 24. A partida será dada no Largo Soares dos Reis (ex-Pide) e à chegada terá lugar na Praça da Liberdade.

A manhã do dia 25 é dedicada a diversas actividades. Haverá com início às 9.30 uma Manhã

Infantil, artistas plásticos do Porto vão pintar um painel, pelas 10.30 haverá «xadrez humano» e, pelas 11 horas, um festival de boxe amador.

**Amadora**

No município da Amadora, justamente chamado de «Abril», as comemorações patrocinadas pela Câmara Municipal, já começaram. Desde o princípio do mês, precisamente no dia 4, um vasto conjunto de iniciativas comemoram Abril. Concertos na Galeria da Câmara, já tiveram lugar. Ballet está previsto para o dia 30. Exposições, também na Galeria, iniciaram-se com uma mostra de material didáctico, de 1 a 3 do corrente. De 6 a 19 há a exposição de obras dos pintores Teresa Cabrita e Lindorfo. De 21 a 28, a exposição de Fotografias de murais, medalhas, selos, livros e quadros alusivos ao 25 de Abril.

A Constituição teve o seu dia, para o qual foram convidados os partidos representados na Assembleia da República.  
O desporto está bem representado. No dia 24 tem

lugar uma prova de resistência. A Estafeta 25 de Abril percorre todo o município no próprio dia da festa da Liberdade. E no dia 26 há sarau de ginástica. Música, colóquios, um concurso e mais exposições são outras das realizações na Amadora. O programa divulga ainda um amplo conjunto de variadas iniciativas em várias colectividades do concelho.

**Junta de Freguesia da Venteira** divulgou também o seu programa, com exposições, colóquios, cinema e desporto, actividades que se vão desenrolar por todo este mês, com particular destaque para o debate sobre a situação na comunicação social, com a presença de jornalistas, a realizar amanhã, às 21.30 horas.

**Raposo**

Chegou-nos também o programa divulgado pela Comissão de Moradores do Raposo, Monte da Caparica. Apoiada pela Câmara Municipal de Almada, pela Junta de Freguesia da Caparica, pela Comissão de Moradores de Alcanice, pela Delegação da DGD de Setúbal, pelo Clube Recreativo «União Raposense» e por vários estabelecimentos comerciais e industriais, a Comissão organizou um programa que começa no

próximo dia 18, com um colóquio em que participam dirigentes de autarquias locais e o general Vasco Gonçalves, e que se prolonga até 3 de Maio. Actividades para crianças, debates, festivais de canções, desfiles, provas desportivas, teatros, bailes, filmes e jogos, animarão as comemorações.

**Linda-a-Velha**

É mesmo no dia 25 que o Bairro 25 de Abril, em Linda-a-Velha fica concluído. Sete anos passados sobre a Revolução serão comemorados com a entrega das chaves dos últimos 28 fogos dos 192 que constituem a urbanização. Festa, pois, com dois motivos.

Começaram já, entretanto, as comemorações, com foguetes, baile, desporto, cinema. E a festa prolonga-se até ao dia 26. De 24 para 25 há fogo de artifício e, no dia seguinte, banda de música, visita ao bairro, entrega das chaves, folclore e canto livre. A Associação de Moradores tem mais projectos, que o 25 de Abril não são para mais: programa construir um centro de dia para idosos, um recinto polidesportivo, organizar uma cooperativa de consumo. Na sede da Associação já funciona um centro infantil com capacidade para 125 crianças até aos seis anos de idade.

# Conselhos das Comunidades avançam reivindicações da emigração

## ● Para a AD, os emigrantes são apenas «coutada» eleitoral

À volta dos trabalhos que têm ocupado muitas associações de trabalhadores emigrados, mobilizadas para o Congresso das Comunidades que se aproxima, e isto a despeito das dificuldades que as autoridades governamentais têm criado e da falta de democraticidade de que se reveste o decreto-lei (considerado antidemocrático pela comunidade do Quebec, por exemplo) que instituiu o Conselho das Comunidades, surgem as mais sentidas reivindicações da emigração.

Associações de emigrantes portugueses em França decidiram chamar a atenção das autoridades responsáveis para as graves condições em que se têm verificado as deslocações que fazem ao país (e regresso), no período de férias.

Recordando o último Natal, período durante o qual as viagens decorreram em comboios superlotados, onde faltou a água, o aquecimento, o restaurante, só para citar alguns exemplos das carências daquele transporte, as associações alertaram para a necessidade de tomar medidas urgentes para que tais casos não

venham a repetir-se nas férias que se aproximam.

As associações propuseram que fosse aumentado o número de comboios entre Portugal e França, nomeadamente entre 20 de Junho e 5 de Setembro, com um mínimo de comodidade e conforto. Paralelamente, os emigrantes defenderam uma redução de cinquenta por cento nos preços das viagens, medida que para além de facilitar a vinda ao país de muitos portugueses que nem sempre o podem fazer, tem a sua contrapartida numa maior afluência de divisas.

Por outro lado, as associações consideraram útil que as

autoridades portuguesas estabeleçam, desde já, contactos com as entidades competentes de Espanha e França para debate de todas as questões relacionadas com o transporte de emigrantes, bem como junto das agências de viagens, de forma a evitar as irregularidades da venda do mesmo bilhete a pessoas diferentes, como sucedeu no Natal.

As associações subscritoras do documento solicitaram ainda que em todo o percurso de viagem do comboio funcione um serviço médico, e para que, nos transportes rodoviários, se mantenha, durante os meses de férias, um serviço permanente na fronteira luso-espanhola, de modo a evitar longas horas de espera na fronteira àqueles que se deslocam de automóvel.

**Outras reivindicações**

Mais tarde, representantes dos emigrantes no Conselho das Comunidades retomaram algumas das reivindicações já

avanzadas e a Comissão de Segurança Social deu ao Governo um prazo de três meses para se pronunciar sobre as reivindicações apresentadas.

A secção da Comunicação Social fez várias críticas quanto ao modo como são feitos os filmes especiais da RTP para serem divulgados em França e na RFA, qualificados de péssimos.

No que toca ao ensino, a secção onde tal problema foi debatido, os emigrantes defenderam que os portugueses no estrangeiro pretendem não apenas professores bem preparados, mas também conhecedores da realidade migratória.

Aproveitando a sua presença em Lisboa, os conselheiros das comissões das Comunidades Portuguesas da Europa — França, RFA, Espanha, Luxemburgo, Grã-Bretanha e países do Norte da Europa — elaboraram e enviaram ao ministro dos Negócios Estrangeiros, uma exposição na qual apoiam as reivindicações dos trabalhadores consulares.

«É urgente, indispensável e justíssimo que as propostas destes trabalhadores, consubstanciadas nos

documentos elaborados pelo sindicato respectivo, sejam tomadas a sério, estudadas e solucionadas pelo Ministério», dizem os conselheiros, que entendem que «o futuro da acção informativa, de defesa jurídica e de apoio sociocultural das nossas Comunidades Portuguesas da Europa depende, em grande parte e em primeiro lugar, da assinatura imediata do Estatuto dos Trabalhadores Consulares e das Missões Diplomáticas na Europa».

Os emigrantes representados nos Conselhos atestam «a competência, a acção dedicada e o esforço» da generalidade dos trabalhadores dos consulados e das embaixadas, preocupando-se com «a situação de insegurança no emprego, de salários baixos, da falta de garantias sociais normais e inclusive de falta de meios suficientes para exercerem o seu trabalho». Tal situação, referem ainda, «provoca nestes trabalhadores uma impossibilidade real e evidente de atenderem com toda a liberdade, dedicação e até compromisso, os problemas que se lhes apresentam no dia-a-dia».

# Trabalhadores amnistiados aguardam integração na RTP

## ● Proença de Carvalho não quer

Já lá vão dezasseis meses sobre a data da publicação da Lei da Amnistia, mas as portas da RTP continuam renitentes a abrir-se aos trabalhadores afastados e desde então de novo com o direito de integrarem os seus postos. Na Rádio a lei foi finalmente aplicada. Mas Proença de Carvalho parece pairar sobre as leis do País.

Os trabalhadores, que foram oficialmente notificados da amnistia, já em Janeiro do corrente ano se tinham dirigido ao Secretário de Estado da Comunicação Social que no mesmo mês homologara o parecer da Procuradoria Geral da República, datado de 4 de Junho do ano passado, favorável à reintegração. O Secretário de Estado foi de opinião de que a lei devia ser aplicada tanto na rádio

como na televisão. Mas parece provar-se que Proença de Carvalho está acima das determinações governamentais.

Os trabalhadores amnistiados e ainda não reintegrados publicaram há dias um manifesto em que denunciam a situação em que se encontram. Recordam que o presidente da RTP lhes declarou, em 3 de Fevereiro passado, que a lei tinha de ser cumprida. Ironia? Proença de Carvalho diria também que, como esses trabalhadores tinham movido um processo à RTP para obter a anulação do seu despedimento, a empresa receava ter de vir a pagar-lhes os salários em atraso. Não queriam os trabalhadores abdicar dos seus direitos morais e mate-

nais, retirando os processos do Tribunal?

Os amnistiados, apesar de considerarem tal proposta iníqua, dispuseram-se contudo a discutir a sua concretização e fizeram-no saber a Proença de Carvalho. Este, em 31 de Março, comunicaria aos trabalhadores que a RTP decidira «aguardar a decisão do Tribunal do Trabalho». Com tal atitude o presidente da RTP manifestou que não se preocupa afinal com as verbas a que a empresa será provavelmente condenada a pagar, ele que não se preocupa em delapidar dinheiros públicos numa programação toda virada para a compra de programas ao estrangeiro e para o pagamento de cachets chorudos a artistas estrangeiros. Proença provou que, além do mais, é capaz de voltar com a palavra atrás, no fito de impedir a concretização da integração decidida legalmente.

O manifesto divulgado pelos trabalhadores amnistiados anuncia que estes se encontram na disposição de aguardar também, a decisão do Tribunal do Trabalho. Mas afirmam não admitir que «Proença de Carvalho e seus apauçados do Conselho de Gerência da RTP façam batota com a Lei da Amnistia».

Quer o sr. Proença de Carvalho e os seus parceiros queiram, quer não — afirma ainda o manifesto — a RTP não será uma ilha de ilegalidade e de falta de vergonha onde a reacção possa desafiar e insultar os trabalhadores, todo o povo, os órgãos de soberania, as leis do regime democrático.

# Comemorações do 111.º aniversário de Lénine

Para comemorar o 111.º aniversário de Lénine, a Associação Portugal-URSS realiza no próximo dia 20, no Teatro Vasco Santana, em Lisboa, uma série de iniciativas a partir das 15 horas.

Começando com a exibição de filmes documentais sobre o grande teórico e dirigente da primeira revolução proletária vitoriosa da História, seguir-se-ão colóquios à tarde e à noite. Os temas são os seguintes: «Lénine e os princípios da política externa da URSS», pelo ministro-conselheiro da Embaixada da URSS, Dr. Tomshin; «Lénine e a Literatura», pelo Dr. Álvaro Pina; «Lénine e a transformação da revolução democrática em revolução socialista».

A sessão, de que constará uma exposição fotográfica sobre a vida de Lénine, terminará com um filme de enredo inspirado na obra daquela grande figura da História contemporânea.

# Festa de Pioneiros



Pioneiros em festa: desta vez foram os da Cova da Piedade, mas há dias, conforme noticiámos no último número, foram os de Lisboa e de Leiria que, em passeio até Peniche, viveram horas de alegria e confraternização, que até incluíram, como a foto documenta, um passeio de traineira

Integrada nas comemorações do 60.º aniversário do PCP, organizaram os Pioneiros de Portugal — da Freguesia da Cova da Piedade, núcleo do Chegadinho e Cova da Piedade —, com a colaboração da Junta de Freguesia, uma Festa no Jardim da Cova da Piedade, que teve lugar no sábado passado.

Pinturas, um grupo de música, acordeonistas e o palhaço Minhocas animaram a festa em que participaram mais de 200 crianças e uma centena de adultos.

### Assembleia da República

# Procissão de ministros na TV não é sinal de força

Durante a semana em curso, a Assembleia não reúne. As tradicionais comemorações da Páscoa adiam para depois de 20 do corrente os trabalhos parlamentares. Prevê-se no princípio de Maio a interpelação ao Governo, de iniciativa do PCP, sobre questões de saúde. Entretanto os últimos dias de actividade dos deputados trouxeram à ribalta do hemiciclo algumas questões importantes, reflectindo de algum modo o que na cena social e política se produz.

Na quinta-feira passada, depois de o CDS prescindir da declaração política que tinha marcado - seria o Casqueiro a despedir-se, zangado com os seus parceiros? -, e de o PPM produzir uma declaração, sobre a arrastada questão dos baldios, de modo questionador, coube a vez a Armando Teixeira da Silva, do grupo comunista, de subir à tribuna.

#### Empobrecer o Povo

Após aludir às lutas que meio milhão de trabalhadores desenvolveram nas duas primeiras semanas de Abril, com o objectivo de defenderem os seus direitos, o deputado comunista Armando Teixeira da Silva, que é membro da Comissão Executiva do Secretariado da CGTP/IN, criticou a política classista e agressiva do Governo.

Os trabalhadores lutam fundamentalmente no campo da contratação colectiva - afirmou Teixeira da Silva - contra a tentativa de imposição de um tecto salarial, contra os despedimentos e a repressão patronal, em defesa das nacionalizações e da Reforma Agrária, contra o brutal aumento do custo de vida.

Procurando esconder as verdadeiras causas e mostrando a sua verdadeira cara, o Governo «AD»/Balsemão deturpa, especula, provoca, insulta e ameaça os trabalhadores. Numa autêntica procissão, os Ministros do Trabalho, do Comércio, da Reforma Administrativa e o Secretário de Estado dos Transportes (entre outros) vão para a Rádio e para a TV, não para dialogar com os trabalhadores, não para informar os portugueses, mas precisamente para tentar ludibriar as consciências desastrosas da sua política.

Mas, senhores deputados - diria mais adiante -, esta procissão de ministros, se não é sinal de razão (eles bem sabem que não a têm), também não é sinal de força.

Teixeira da Silva falava da base social de apoio que se reduz para o Governo. Curiosamente, nesse mesmo dia, os corredores do parlamento

ouviram da boca de deputados «AD» críticas à actuação do ministro da Reforma Administrativa. Era quase seguro, segundo alguns, que a demissão do ministro estava na calha. Mas quando no fim de semana, Pinto Balsemão viria à TV afirmar a «firmeza» do Governo, tentando diminuir o impacto da manifestação de protesto que sofrera no Porto, antes de partir para Paris, os trabalhadores ficaram a saber que, no seio da «AD», tinham ganho de novo os «falcoes». A luta vai continuar.

#### A verdadeira face

E que hoje - continuou o camarada Armando Teixeira da Silva - a verdadeira face do que é a «AD» no Governo começa a assumir o seu real contornos. Em 5 meses, de Junho a Novembro, em plena operação de campanha eleitoral, manteve a subida de preços a uma taxa média mensal de 0,76 por cento, o que se traduziu numa taxa de inflação de 3,8 por cento para aqueles cinco meses.

Porém, em 3 meses, de Dezembro a Março, passadas que foram as eleições para a Presidência da República, subiram 7 por cento, ritmo que a manter-se dá uma média anual que se aproxima dos 30 por cento.

A verdadeira política da «AD» traduziu-se a partir de então no aumento dos preços dos adubos, dos combustíveis, dos telefones, dos correios, dos transportes, dos detergentes, dos medicamentos, dos produtos de dieta infantil, do açúcar, do leite, do pão, do queijo, dos cereais, do sabão, dos ovos, do frango, da carne de vaca e de porco, das margarinas, dos óleos vegetais, do fiambre, das salsichas, das massas e das bolachas.

Recordando ainda os recantes aumentos nas taxas de acesso aos serviços-médico sociais - que vão dos 100 aos 400 por cento -, outra forma de a AD apresentar a factura, após a demagógica eleição, perguntaria o deputado comunista:

Perante este quadro, como não compreender que as lutas em que já estão hoje empenhados meio milhão de trabalhadores suscitem a solidariedade dos seus companheiros e do povo em geral? Como não compreender que aqueles que os caluniam estão hoje cada vez mais isolados?

Servindo-se da forma regimental do pedido de esclarecimento, o deputado socialista Carlos Lage, admoestado pelo Presidente da Assembleia e sob protesto de um deputado «AD», responsabilizou o Governo pela vaga de greves, alegando que o surto de aumentos não dá aos trabalhadores garantias de contenção de preços. Condenou ainda a atitude do ministro Eusébio, na sua intervenção «delirante, confusa e ofensiva da dignidade dos trabalhadores».

#### Hipocrisia

O voto do PPD sobre o dirigente sindical brasileiro Lula, veio a debate ainda no período de antes da ordem do dia de quinta-feira. Um outro, protestando contra a prisão do sindicalista, apresentado pela FRS, fora rejeitado há semanas pela maioria e votado favoravelmente pelos partidos da oposição. Magalhães Mota disse ser este voto do PPD um voto preocupado, mas sem um sentido - de congratulação, de pesar? Anunciou entretanto que ia votar favoravelmente, ainda que convencido de que este voto era «fraco, subserviente e mais atento aos interesses do governo brasileiro».

Carlos Lage, por sua vez, chamou ao voto em debate, «exemplo acabado de hipocrisia», declarando que, não obstante, também o votaria favoravelmente.

Os comunistas não escolheram o mal menor. E a votação permitiu verificar que se pronunciaram favoravelmente a «AD», a FRS e o MDP, votando contra o PCP e a UDP. No dia seguinte, em declaração de voto, o camarada Veiga de Oliveira afirmou ter-se verificado um desvio do voto que, no entender dos comunistas «apoiava mais o governo antidemocrático de João Figueiredo do que os direitos sindicais».

O período de antes da ordem do dia seria prorrogado e nele se verificaram mais intervenções dos partidos. O camarada Cabral Pinto trouxe à Assembleia a situação das «repúblicas» de Coimbra, casas de estudantes

ameaçados na sua sobrevivência por acções de despejo promovidas pelos senhorios que actua de forma concertada. O deputado comunista salientou as características que cada «república» possui hoje, «monumento, museu, memória colectiva e viva de sucessivas gerações que all deixaram o testemunho imaginoso da sua passagem pela sua vida académica» e fazendo eco do apelo dos estudantes, propondo que a Comissão de Cultura e Ambiente estude e intervenha na questão.

#### Votação Pré-embalada

Depois de um longo intervalo - o CDS reunia para eleger a direcção do seu grupo parlamentar e não conseguiu - passou-se à Ordem de trabalhos. Foi discutido e votado a rejeição já vinha embalada nas intenções da «AD» - o projecto de lei da ASDI sobre a validade dos géneros alimentícios pré-embalados, que estabelecia a obrigatoriedade da indicação de data de embalagem e de fabrico dos produtos industriais e o período de validade a estabelecer em portaria governamental.

Depois da intervenção inicial de Vilhena de Carvalho, da ASDI, a deputada comunista Ilda Figueiredo procurou aprofundar o debate alargando o conceito de defesa do consumidor. E, embora anunciasse a intenção de votar favoravelmente o diploma, apontar-lhe-ia algumas fraquezas:

Por exemplo - perguntou -, porque não considerar também como obrigatória a indicação do prazo de validade para o pescado, moluscos e crustáceos congelados, para as farinhas e massas alimentícias e refeições pré-cozinhas?

E mais adiante levantou uma questão de fundo: É do conhecimento geral que muitos dos produtos alimentares que utilizamos são de má qualidade, estão deteriorados e muitas vezes mesmo falsificados. Nuns casos a falta de fiscalização deixa que os consumidores continuem a alimentar-se de produtos falsificados e deteriorados (...), noutros casos o próprio Governo, através do estabelecimento de regras legais, facilita e promove a fraude e a falsificação dos produtos, como acontece com o café, para não falar do tristemente célebre caso das rações.

Tanto o CDS como o PPD disseram que a intenção do diploma era boa. Mas votaram contra.

No dia seguinte foram aprovados dois votos de congratulação pela atribuição a Miguel Torga do Prémio Montaigne. José Manuel Mendes, do PCP, em declaração de voto, classificou de naturalmente positivos e justos os votos de regozijo. Mas, afirmou, honrar a obra de Torga e de tantos outros escritores portugueses exige, no mínimo, a promoção da cultura no

nosso país, o incremento da difusão e leitura dos livros que constituem marcos de perfil singular: o da criatividade do nosso povo, através dos seus autores, no longo desfilar dos anos. No mesmo dia, o deputado socialista José Araújo apresentou um projecto de lei quadro das Associações de Municípios e foram aprovados os pedidos de urgência do Governo - um para a proposta de lei que visa alterar a redacção de alguns artigos do Código de Processo Penal, outro para a proposta de Lei Orgânica dos Tribunais Administrativos e Fiscais.

## Deputadas do PCP visitam concelho da Moita

Após Setúbal, Alcochete e Montijo, o concelho da Moita contou, na passada segunda-feira, com a presença de deputadas comunistas, no cumprimento de um programa que, como já foi referido, visa cobrir todo o distrito de Setúbal, independentemente das iniciativas que, individualmente, os comprometem em sessões e reuniões de trabalho. Erlicia Talhadas e Odete Santos, acompanhadas por Carlos Humberto, da DORS, Fernando Madeira, vereador da Câmara Municipal e mais camaradas da organização concelhia da Moita do PCP, deslocaram-se sucessivamente à Câmara Municipal contactando

outros membros da veresação e da comissão representativa dos trabalhadores, à Cooperativa «Flor do Tejo», e à Fábrica de Confecções «Convex». Finalmente puderam ainda dialogar com reformados da Baixa da Banheira e com trabalhadores de Aihos Vadros, de várias empresas de confecção, em sessões específicas. A denúncia da não aplicação integral da Lei das Finanças Locais, a defesa dos direitos dos trabalhadores e a luta contra o brutal aumento do custo de vida surgiram naturalmente por toda a parte. E, com particular relevo, foram manifestadas

preocupações pela administração da «Convex», quanto à eventual adesão de Portugal à CEE. Encontrando-se esta empresa na expectativa de concretizar um contrato de viabilização, as altas taxas de juro representam contudo um sério obstáculo à recuperação da empresa. A presença das deputadas comunistas no seio de uma e smagadora maioria de mulheres operárias, foi muito acarinhada. Longe do ambiente eleitoral, a visita provou mais uma vez o real interesse dos comunistas na defesa dos trabalhadores e da população de todo o concelho da Moita.

### Terra

# A Reforma Agrária paralisa hoje

Hoje, toda a zona de intervenção da Reforma Agrária paralisa como forma de protesto contra a política agrícola continuada pelo Governo Balsemão, satisfazendo os interesses dos grandes latifundiários ao mesmo tempo que prejudica e rouba os trabalhadores agrícolas da região.

Juntamente com a paralisação do trabalho, que envolve não só os trabalhadores agrícolas do sector

cooperativo mas também os trabalhadores do sector privado da agricultura, estão previstas concentrações nas

ciudades e vilas da zona e ainda uma profusa distribuição de propaganda a toda a população.

A esta forma de luta não deixarão certamente de aderir todos os que até agora - e contam-se por milhares - caíram no desemprego devido à política seguida primeiro pelos governos de Mário Soares e,

posteriormente, pelos governos «AD». Com efeito, a entrega de terras sob os mais variados pretextos e às mais estranhas personagens - sempre com o objectivo de reconstituir latifúndios - provou de novo uma taxa de desemprego no Alentejo e Ribatejo que se aproximará da existente no regime fascista.

Ao mesmo tempo, as terras, os gados e as máquinas entregues aos latifundiários ou seus substitutos permanecem incultas, os gados vendidos ao desbarato ou a morrerem de fome e as máquinas passadas a patacos ou a apodrecerem à chuva.

E viva este tipo de iniciativa privada, que se revela a forma mais eficaz de proporcionar ao País trabalho e alimento. Contra esta política se manifestam os trabalhadores agrícolas e também os pequenos e médios agricultores e seareiros do Ribatejo e Alentejo. E porisso paralisam hoje em toda aquela região mostrando assim ao Governo «AD» que não estiveram nem estão com a política agrícola seguida por este. Mas naquela zona muitos outros trabalhadores começam a ver, hoje, claramente, que a política de recuperação capitalista

e latifundiária seguida pelos continuadores de Sá Carneiro e Freitas do Amaral não lhes serve. É o caso, por exemplo, dos pequenos e médios comerciantes, presentemente afectados no seu negócio em virtude da deterioração do poder de compra dos trabalhadores. E recordam o tempo em que após a Reforma Agrária e o pleno emprego verificado na zona os trabalhadores tinham dinheiro para poderem comprar as coisas essenciais de que necessitavam. Também eles, hoje, sentem mais concretamente que o Governo «AD» é coisa que não lhes serve e urge substituí-lo pelo mais rápido possível.

Por tudo isto os trabalhadores agrícolas e todos os que estão solidários com a sua luta acham que não podem ficar de braços cruzados à espera de piores dias. A jornada de luta de hoje é mais uma etapa até que se concretize a palavra de ordem que por todo o País circula: «A luta continua, Balsemão para a rua». Luta que há-de continuar até que surja um governo que defenda os interesses dos trabalhadores da cidade e dos campos, um governo que defenda os interesses do Povo português. E se todos nos unirmos, não tardará!

## Carlos Brito em Quarteira e Castro Marim

No seguimento de outros encontros que periodicamente vêm sendo mantidos por Carlos Brito, deputado do PCP eleito pelo Algarve, com populações do distrito, neste fim-de-semana Carlos Brito voltou de novo ao contacto directo com os problemas que afligem as populações algarvias.

Para além de várias discussões com grupos de trabalho, nas quais foram aprofundadamente discutidos os problemas que se colocam ao turismo na região, C. Brito teve no sábado um importante encontro com pescadores de Quarteira.

Neste encontro realizado no Bairro dos Pescadores com a participação de algumas dezenas de pescadores foram por estes colocados problemas da maior importância. Entre eles avulta o da construção do porto, já que com 400

embarcações de pesca de vários tipos, os pescadores vêm-se forçados a utilizar parte das instalações da marina de Vila Moura ou, no caso das embarcações de menor calibre, utilizar a própria praia com todos os inconvenientes, prejuízos e perigos que tal situação comporta.

Para além disso, da parte da administração da marina de Vila Moura tem vindo a ser desenvolvida ultimamente toda uma série de medidas tendentes a afastar os pescadores e a impedir mesmo o acesso a este porto de abrigo.

Situação escandalosa, já que construída com dinheiros públicos a marina é na situação actual a única alternativa perante a ausência do porto para os pescadores abrigarem os seus barcos. Foram ainda colocados

problemas da lota e vendagem do pescado, assim como a inoperância em que se encontra a assistência médica a uma população permanente que já ronda os 7500/8000 habitantes, afectando particularmente os pescadores e suas famílias.

No domingo Carlos Brito teve um encontro com a Comissão de Moradores de Castro Marim, onde lhe foram colocados os problemas que estão sendo criados para a construção de um terreno para a construção de 80 fogos, cujo projecto já se encontra aprovado pelo FFH. O terreno está sob a alçada da Hidráulica do Guadiana, departamento que tem emperrado por ausência de resposta o arranque da obra cuja importância é inegável num concelho tão carenciado como o de Castro Marim.



Em mais uma jornada de luta, os trabalhadores da Reforma Agrária vão mostrar que a razão está com eles

## Lembram-se ainda do crédito PAR?

Lembram-se ainda do crédito PAR (ao contrário do que parecia a sigla não significa Para a Assembleia da República) que antes das últimas eleições legislativas foi motivo de uma forte campanha publicitária na rádio, televisão e jornais, prometendo mundos e fundos aos rendeiros que quisessem comprar as terras que trabalhavam? Pois até agora só um empréstimo foi concedido e no valor de 441 contos. Sucedeu em Vila Nova de Famalicão. «Porque esta retracção? Os rendeiros não estão interessados em comprar as terras? Não! O que sucede é que por cada 100 contos

empréstados pelo Crédito PAR o rendeiro terá de pagar 170 contos durante o período de vigência do empréstimo. Não rima mas é verdade. Mas se os rendeiros não beneficiaram com o Crédito PAR a «AD» beneficiou bastante (veja-se os lugares que detém na Assembleia da República) com a propaganda das promessas do que viria a fazer se ganhasse as eleições. Também disse a «AD» que o problema do escoamento da batata seria assunto resolvido pelo seu Governo. Nem Sá Carneiro e Freitas do Amaral o fizeram quando estiveram à frente do

executivo, como não o faz agora o Governo Balsemão. Mas os agricultores do Alto Tâmega (regiões de Chaves, Botiças e Montalegre) não estão pelos ajustes e propõem-se lutar para que a batata lhes seja paga a 10\$00 o quilo e não a 7\$50 como pretende a Junta Nacional das Frutas, que há alguns meses recolheu 100 vagões daquele produto e que até agora não pagou. Os agricultores, transmontanos estão dispostos a lutar pelos seus interesses, pois se não forem eles, do Governo a ajuda só vem para os grandes intermediários como sucedeu há algum tempo com a exportação de batata para Angola.

## A CNA na defesa dos vitivinicultores

Durante a última reunião da Comissão Nacional para os Assuntos Vitivinícolas, realizada em Março, o representante da Confederação Nacional da Agricultura (CNA) manifestou-se contra o facto de poderem vir a ser passadas licenças a cinco armazénistas-exportadores de vinho que pretendiam plantar mais de 500 hectares de vinha, em terras virgens, com grande ajuda económica e técnica por parte do Governo. Recorda a CNA que muitos

agricultores esperam há mais de 10 e 15 anos que as suas licenças lhes sejam deferidas, enquanto que estes armazénistas-exportadores, feito o pedido há cerca de dois e três meses, estavam já em vias de os verem deferidos. A CNA lembra ainda que os agricultores que pretendem reconverter as suas vinhas têm de pagar pelos empréstimos um juro de 22 por cento anual, não beneficiando por parte do MAP de qualquer apoio técnico.

A posição defendida pelo representante da CNA foi partilhada por alguns dos técnicos e representantes da vitivinicultura presentes. O mesmo não sucedeu com a Junta Nacional dos Vinhos, dirigida por um ex-doutorado elemento da CAP, que tomou posição de apoio aos armazénistas-exportadores. Cada vez mais o Governo «AD» se desmascara no apoio e nos favores aos grandes intermediários e exploradores.

## No fim de Maio, em Évora 5.ª Conferência da Reforma Agrária

No fim do mês de Maio, em Évora, realizar-se-á a 5.ª Conferência da Reforma Agrária. Ao fim de cinco anos de ataques, muita gente pensa que a Reforma Agrária já não existe, que é uma coisa acabada, da história. Nada disso! No Alentejo e Ribatejo continuam de pé e a bater-se 400 UCP's/Cooperativas Agrícolas, com 600 000 hectares e cerca de 25 000 trabalhadores.

Existem, além disso, para apropriar e entregar aos trabalhadores e agricultores, mais de um milhão e meio de hectares ilegalmente na posse dos grandes agrários e grandes capitalistas. Neste domínio a Constituição continua a não ser respeitada. Hoje, mais do que nunca, é preciso defender solidária e corajosamente todos os que lutam pela Reforma Agrária e avançar na liquidação do latifúndio e pela entrega da terra a quem a trabalha. Durante o tempo de ofensiva o que têm feito os agrários que recebem terras, oferecidas, pelo Governo Mário Soares e depois pelos governos «AD»? Até agora não houve nenhum caso em que tenham sido postos de trabalho, mesmo nos poucos casos em que trazem a terra cultivada. Na generalidade deixam-na ao abandono, enterram a azetolona, o gado é vendido para abate ou morre à fome e os despedimentos sucedem-se. Utilizando a repressão e a força, o Governo «AD», seguindo o exemplo iniciado pelo

governo Mário Soares comete as maiores ilegalidades para tentar reconstituir os latifúndios. Os roubos de gados, máquinas, produtos agrícolas e terras sucedem-se. Mas os trabalhadores e os pequenos e médios agricultores e seareiros estão dispostos a resistir. Como já o fizeram no passado, durante a ditadura fascista. Na 5.ª Conferência da Reforma Agrária, que no fim do próximo mês se realiza, o proletariado agrícola do sul, os agricultores, os técnicos e representantes da classe operária portuguesa analisarão a situação e experência de seis anos da Reforma Agrária assim como os resultados das políticas agrícolas seguidas pelos últimos governos. Com esta iniciativa os trabalhadores agrícolas procurarão lutar por uma política adequada, pelo aumento da produção, pela manutenção e aumento dos postos de trabalho, para que o passado não regressasse aos campos do Ribatejo e Alentejo. E há-de vencer.

**Até final de Abril a livraria do CT VICTÓRIA**  
(Av. da Liberdade, 231 - 1000 Lisboa)

**Oferece um vale de 200\$00 na compra de um exemplar da edição especial ilustrada do livro «ATÉ AMANHÃ CAMARADAS»**  
«Um romance de leitura particularmente significativa este ano» - (Avante! 26/8/81)

**A nossa contribuição para o 60.º Aniversário do PCP**  
válido até 30/4/81

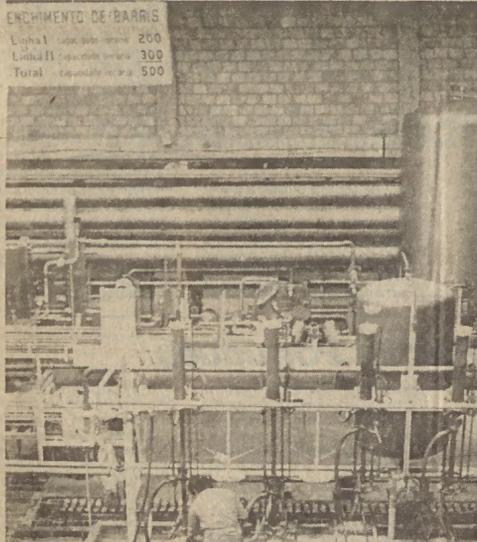
Nome .....  
Morada .....  
Localidade .....

Trabalhadores

Lisboa
Em duas linhas
esta semana

Num balanço de lutas em empresas do distrito de Lisboa, que não vêm a público com tanta frequência e destaque como os grandes sectores onde os conflitos se agudizam envolvendo milhares de trabalhadores, destacamos em duas linhas esta semana:

- CEL-CAT - recentemente em greve com adesão de 98%; previstas novas formas de luta para acelerar a negociação com ACT e isolar os divisionistas.
CIPAN - a administração recusa negociar o caderno reivindicativo; greve recente: 7, 8 e 9 de Abril.
CENTRALCER - VIALONGA - falta de cumprimento do contrato; repressão; 2 despedimentos, 4 processos e ameaça de mais; 24 horas de greve em 2 do corrente; previstos mais dois dias de paralisação.
CABOS ÁVILA - repressão intensa; não são reconhecidos os delegados sindicais por parte da administração que contrapõe 12 por cento aos 23% de aumento propostos para o ACT.
EFACEC - previstas 24 horas de greve para 15 de Abril, se a administração não responder positivamente ao caderno reivindicativo.
TUDOR - imprescindível reforço da unidade perante processos repressivos e divisionistas; despedimento de trabalhadores a prazo; procedimentos intimidatórios; tentativas da administração para boicotar plenários; paralisações.
SODA POVOA - mantém-se a repressão sobre os organismos representativos dos trabalhadores; administração impede plenários e entrada na empresa de dirigentes sindicais.
ARGIBAY - paralisações da ordem dos 100 por cento obrigam administração a ceder em grande parte das reivindicações do caderno.
GREMETAL - discriminações salariais inaceitáveis.
PLUVIA - reintegração de uma trabalhadora contratada a prazo que fora despedida; acção decisiva da parte das delegadas sindicais que anunciaram formas de luta; tentativa do gerente para diminuir o papel das delegadas sindicais.
VITVINICOLA - pela garantia dos postos de trabalho e dos subsídios de alimentação; contra transferências de profissão; repressão e redução do número de trabalhadores nas secções.
CERÁMICA DA ABRIGADA - 200 trabalhadores em plenário discutem o CCT.
FORD - plenário recente com 600 trabalhadores; aprovado caderno reivindicativo.
LUSOCERAM - vitória dos trabalhadores contra a tentativa de reduzir regalias adquiridas, como sejam os transportes pagos pela empresa; aumento de subsídio.
BERTRAND - apresentado caderno reivindicativo; patronato ameaça com encerramento.
FERREIRA & BRITO - aumento de 22 por cento; patrões obrigados a negociar com CT de delegados sindicais.
NOBRE & SILVA - plenário aprova caderno reivindicativo.
MOMPOP - 27 por cento de aumento proposto pelo caderno reivindicativo.
RAC (ex-Chrysler) - 22 por cento de aumento da tabela salarial após duas greves com 90 por cento de adesão.
HOTEL FLORIDA - luta contra o despedimento colectivo de 33 trabalhadores; na base da luta foi eleita uma CT; até então não existia na empresa essa estrutura representativa.
MASCOTE - luta pelo contrato; greve de 24 horas com adesão total.
GIRASSOL - Suspendo um elemento da CT continua no seu posto de trabalho; recentemente foi suspenso outro trabalhador.
Por vezes complexas, quase sempre duras e com riscos e prejuízos inerentes, às pequenas e grandes lutas em confronto directo com o patronato nos locais de trabalho põem durante à prova um número cada vez maior de trabalhadores. Nas empresas mencionadas (um pequeno número em relação ao total) há que destacar a luta contra a repressão, contra os contratos a prazo, o divisionismo ou os aumentos selectivos, marginalização de trabalhadores e dos seus organismos representativos. Muitas outras empresas têm conflitos idênticos. Há ainda que chamar a atenção para vitórias e êxitos alcançados, para a disposição de luta, designadamente no campo salarial e contra os contratos a prazo, os despedimentos e a repressão. De notar ainda que grande parte das empresas citadas neste curto balanço têm centenas e mesmo milhares de trabalhadores.



A Centralcer parou contra despedimentos

Bancários contra «delimitação/AD»

Eleita recentemente com êxito manifesto da unidade, a Comissão Coordenadora das CTs do Sector Bancário, numa petição à Assembleia da República, manifesta o seu desacordo com a nova tentativa governamental de delimitação dos sectores público e privado. Salientando a dado passo que a abertura da banca à iniciativa privada iria imediatamente pôr «em risco os postos de trabalho dos bancários» e cria «as condições necessárias ao reaparecimento dos grupos monopolistas», a Coordenadora chama a atenção daquele órgão de soberania e de todos os grupos parlamentares, com os quais contactará, para a necessidade de respeitar «o espírito e a letra da Constituição da República» e a Lei 46/77 que, interpretando correctamente a Lei fundamental do país, veda ao sector privado da economia o acesso às actividades bancária e seguradora entre outros principais meios de produção. A petição refere ainda que as três propostas de lei do Governo anterior, com base em autorização legislativa, para anular a Lei 46/77 de delimitação dos sectores público e privado, foram todas consideradas inconstitucionais.

Movimentação sindical

A eleição de um departamento sindical das mulheres trabalhadoras vidreiras e a aprovação de uma carta reivindicativa e moções sobre o 25 de Abril, 1º de Maio, Reforma Agrária, Paz e Ano Internacional do Deficiente, entre outras, foram decisões e iniciativas de mais de uma centena de mulheres daquela indústria reunidas no último domingo na Maninha Grande. Uma manifestação, em 21 do corrente e um abaixo-assinado contra o aumento do custo de vida contam-se ainda entre as decisões do Encontro. Mais de 200 delegados de todo o País reuniram-se por sua vez no 1º Congresso da Federação Nacional dos Sindicatos das Comunicações e Telecomunicações. Foi eleito novo secretariado e entre outros documentos um programa de acção de 40 mil trabalhadores. Federaram-se 5 Sindicatos com cerca de 40 mil trabalhadores. Assistiram ao Congresso várias delegações estrangeiras. Através dos seus representantes, os trabalhadores das partes de 200 empresas em luta nos distritos de Lisboa e Setúbal, reunidos em plenário nos estaleiros da Parry & Son, em Cacilhas, apreciaram as situações e os conflitos nos vários locais de trabalho e manifestaram a vontade de transformar o próximo 1º de Maio num foco aglutinador de todas as lutas e de todas as suas formas para que de Norte a Sul surja bem clara a exigência popular da demissão deste Governo. Este foi de resto o ponto central de várias manifestações e iniciativas populares.

O conflito nos Transportes
O secretário de Estado mentiu na TV
- afirma a Coordenadora com factos na mão
• A «voz do dono» no CG

A Rodoviária Nacional voltou a paralisar com êxito em todo o País. A solidariedade manifestada pelo sector nacionalizado dos Transportes, na última sexta-feira (paralisação de 4 horas no Metro, Carris, CP, Transtejo e Socarmar) a nítida compreensão popular, a adesão maciça, a inexistência de incidentes de qualquer tipo durante os períodos de paralisação e o fogo nutrido de membros do Governo contra os trabalhadores em greve, incluindo os do Porto (STCP), demonstram sem necessidade de muitas palavras a justiça da luta contra medidas que afectam directa e duramente o sector nacionalizado dos transportes. Ameaçam a sua própria existência, a manutenção dos postos de trabalho, a segurança do emprego e os salários, designadamente as novas tabelas salariais - de tal maneira que o próprio secretário de Estado dos Transportes se viu na obrigação de mentir na Televisão, calunhando os trabalhadores e tentando manipular quem o ouvia.

As acusações fundamentadas contra a intervenção do secretário de Estado dos Transportes na TV partiram da Comissão Coordenadora das Organizações Sindicais do Sector de Transportes. Frontalmente, esta estrutura representativa acusa aquele membro do Governo AD/Balsemão de mentir, caluniar e manipular. «O secretário de Estado dos Transportes foi à Televisão e apenas mentiu, calunhou e manipulou», reafirma a Coordenadora num comunicado, que comenta ponto por ponto as principais declarações do secretário de Estado, designadamente quando este afirma que «o Governo está preocupado em defender os interesses dos portugueses»; que «o Governo não está a atacar as empresas nacionalizadas de transportes e todos os trabalhadores de Transportes»; que «o Governo não está contra os trabalhadores»; que «o Governo está aberto ao diálogo» e outras afirmações do mesmo teor.

Transportes com menos 6 milhões
Se os transportes nacionalizados (não por culpa dos seus trabalhadores) foram maus em 1980, no ano em curso serão ainda piores. Essa degradação interessa ao Governo. E ele próprio que a fomenta. Converte-lhe naturalmente denegrir por todos os meios as nacionalizações, pelo êxito das quais deveria ser o primeiro responsável, o primeiro interessado. Mas o que se passa é precisamente o contrário. Estará o Governo a defender os interesses dos portugueses, como afirma na Televisão o secretário de Estado, quando no Orçamento Geral do Estado para 1981 inscreve

menos 6 milhões de contos do que no ano passado para gastar com transportes e comunicações? Será o grande capital que vai defender «os interesses dos portugueses»? Não sabem estes já como actua esse capital formado durante o fascismo? Este Governo e particularmente este secretário de Estado deve estar convencido (oh se está!) que a TERTIR, empresa privada, que vai explorar os terminais TIR-TIF, competindo em condições de privilégio com a RN, vai «defender os interesses dos portugueses». Por isso, o Governo AD/Balsemão não paga os milhões de contos que o Estado deve à RN, mas cede terrenos do mesmo Estado àquela grande empresa privada. Sob o alibi grosseiro da «concessão», este Governo aliena bens nacionais. Tenta fazer o que faz qualquer governo defensor exclusivo dos interesses do grande capital e dos grandes grupos financeiros: privatizar tudo o que dá lucro, deixar para o Estado tudo o que dá prejuízo. É a isso que o Governo chama defender os interesses dos portugueses. Neste campo, o fascismo não dizia mais. Entretanto, para «defesa dos interesses dos portugueses», como disse o secretário de Estado, o Governo AD/Balsemão prepara-se para aumentar novamente os preços dos transportes, para diminuir ainda mais o número de carreiras de passageiros e encerrar linhas de transporte. Pelos vistos, a continuar assim, muito o interesse nacional terá a agradecer a um Governo que pretende subtrair ao controlo do Estado mais de 2 milhões de contos que a RN movimentou em 1980 nas tais «actividades complementares» - actividades

essas que o mesmo Governo pretende diminuir tanto que tenta mesmo ridicularizá-las, reduzindo-lhes a importância, falseando o seu papel e ocultando a maneira como são administradas essas actividades dentro da RN. A Comissão Coordenadora sindical salienta que os lucros dessas «actividades complementares» subiram, entre 1978 e 1980, mais de 200 por cento. São essas as tais «barbearias e hortas» de que fala a «Informação/AD». Mas o «fenómeno» não atinge só a RN. Aflige a TAP, a CP, a CTM (Companhia de Transportes Marítimos). As «barbearias» da TAP são, por exemplo, as carreiras aéreas não regulares (e lucrativas); na CP são as oficinas e via; na CTM são as agências e o departamento de reparação naval. «Como é possível afirmar - acrescenta a Coordenadora - que o Governo não está a atacar todas as empresas nacionalizadas de transportes quando o Estado não paga o que lhes deve? Quando essas dívidas já atingem na RN os 2 milhões de contos, na CP mais de 2 milhões e na TAP mais de 2 milhões e meio, etc., etc.?» Quem dispõe dos dinheiros públicos? Quem cobra os impostos? Não é o Governo AD/Balsemão? Quando se fala em dívidas do Estado a quem se deve pedir contos? Mas o Governo responde reduzindo o Orçamento. O Governo responde mandando o secretário de Estado dos Transportes dizer na Televisão que o Governo não está contra os trabalhadores, que o Governo tenciona reforçar o poder de compra dos trabalhadores. Como cinismo e demagogia não está mal.



Governo e conselho de gerência dividem tarefas. Enquanto o secretário de Estado dos Transportes vai à TV o conselho de gerência, abreviando CG, vem para os jornais. Em anúncios pagos com uma linguagem que pretende ser tranquila e repousante, para melhor enganar o incauto, a direcção da RN secunda o Governo AD/Balsemão e expõe aquilo que pretendiam fossem as suas razões, que afinal são as mesmas do Governo para acatar a Resolução 43-E/81 que, segundo o CG «não significa um ataque à empresa e aos seus trabalhadores». A este propósito a Federação dos Sindicatos Rodoviários e Urbanos comenta: «Das duas uma, ou o CG não compreendeu a Resolução, ou tenta deliberadamente esconder as suas consequências para a empresa e para os trabalhadores. E isto porque a aplicação das medidas contidas na Resolução determinaria a retirada à RN (para entregar aos antigos patrões) do CAC, do Centro de Turismo, do Centro Transitário, de grande parte do Centro de Mercadorias, etc.». Posta em prática, a Resolução 43-E/81, publicada na I Série do «Diário da República», n.º 54, de 6 de Março findo, «determinaria também - acrescenta a Federação - a reformulação do ASEP (Acordo de Saneamento Económico e Financeiro)

assinado em 1978 entre o Estado e a empresa, com a consequente diminuição drástica das indemnizações compensatórias a que a empresa tem direito, a diminuição do número de carreiras, a entrega de áreas de concessão detidas pela RN a empresas privadas, a redução da área de actuação da RN, o pagamento de dívidas especulativas aos antigos patrões, a quebra de receitas actualizadas para a RN, a criação artificial de excedentes de trabalho, etc., etc. e o consequente despedimento de milhares de trabalhadores, como já está a suceder neste momento». Para concluir este esboço forçosamente curto convém lembrar que em 1979, as «actividades complementares» (algumas delas acabadas de fazer) tiveram um volume de vendas de 1 362 400 contos, o que representou 23,9 por cento do total de vendas da empresa, com um lucro líquido de 38 900 contos.

PORTO
Firmeza nos STCP e lutas noutras empresas
Ao terminar um plenário em que estiveram presentes na tarde da última segunda-feira todos os sindicatos interessados na negociação, a CNS (Comissão Negociadora Sindical) da convenção colectiva

de trabalho para os STCP (Serviços de Transportes Colectivos do Porto) anunciou aos jornalistas que, desde o início da luta, com uma adesão total, os trabalhadores e os seus organismos representativos já tinham conseguido mais seis por cento de aumento da tabela salarial relativamente ao que de início foi proposto pelo conselho de gerência. Do efeito, a conseguir ou não, de uma reunião, efectuada na altura em que escrevemos, com o conselho de gerência, na delegação do Ministério do Trabalho no Porto, dependerá a continuação da luta e as formas a adoptar, incluindo uma possível concentração de trabalhadores frente ao Ministério dos Transportes, em Lisboa. Ignoradas, entretanto, pelos grandes meios de Informação do Estado, nomeadamente a TV - como foi amplamente denunciado pela CNS dos STCP - continuavam no Porto, entre outras, as lutas reivindicativas na EDP, Eléctrica, Lda., Bernardino João, Lousas de Valongo, Siderurgia Nacional, na Maia (paralisação de 2 horas em dois dias contra aumentos selectivos), contra despedimentos e em defesa dos postos de trabalho na Corfam, Electro Cerâmica (paralisação de 4 horas contra despedimento de trabalhadores, contratos a prazo) e UTIC, com uma paralisação prevista para hoje, dia 16, das 15 às 17 horas.

«Compete às associações sindicais exercer o direito de contratação colectiva»
- frisam os TFP citando a Constituição

Não são os TFP, quando lutam, quem actua «subversivamente», como diz o MRA (Ministério da Reforma Administrativa) utilizando uma linguagem de outros tempos. Subversiva é a recusa do cumprimento das leis do regime democrático, em especial da Lei Fundamental, e contra ela, como quer fazer o MRA - sublinha a CNS (Comissão Negociadora Sindical) numa das suas tomadas de posição públicas no sentido de esclarecer as verdadeiras razões da greve. «O ministro da Reforma Administrativa julga que está noutro tempo, noutro país, com outra Constituição», acrescenta aquela estrutura sindical, que cita precisamente a Lei Fundamental em vigor (artigo 58.º, n.º 3) para reafirmar «os bem conhecidos objectivos fundamentais da luta dos trabalhadores da Função Pública», que desenvolvem várias acções incluindo a greve pelos seus direitos, designadamente o direito à negociação colectiva, e pela reposição do poder de compra continuamente degradado pela inflação.

O ministro da Reforma Administrativa, Eusébio de Carvalho, dispôs de mais de 40 minutos na Televisão para denegrir e tentar desprestigiar centenas de milhares de trabalhadores perante outros trabalhadores que certamente o ouviam com espanto e indignação. A sobrançaria e as ameaças do ministro da pasta inventada pelo CDS congregaram contra ele e contra a sua atitude televisiva até pessoas e forças

sociais afectas ao Governo AD/Balsemão. O Plenário dos 28 Sindicatos que formam a Frente Comum e estão empenhados desde o início nesta luta (com base numa proposta que apresentaram há meses e que tentaram negociar por todos os meios sem recorrer à greve ou a outras formas de luta que implicassem qualquer prejuízo ou mesmo incómodo para a população) ao reunir-se em 7 do corrente para

fazer um primeiro balanço da semana de luta de 31 de Março a 3 do corrente, considerou «extremamente graves, insultuosas e atentatórias da dignidade profissional dos mais de 370 mil trabalhadores da Função Pública» as declarações daquele ministro na Televisão. Mas esse mesmo ministro, que já foi do Trabalho, é parte deste Governo e lá continua. Quando fala representa este Governo e a sua «política laboral». Quando actua contra os trabalhadores organizados, numa altura em que estes apenas se limitam a querer que se respeitem direitos, que são de todos os trabalhadores, responsabiliza naturalmente por isso todo o Governo AD/Balsemão e a sua política de confronto que se limita a seguir os passos do governo anterior. As posições dos Sindicatos são claras. A luta é justa. Os motivos são gerais, dizem respeito a todos os trabalhadores, seja qual for o seu ramo de actividade. Trata-se de defender o exercício de direitos constitucionais, de tentar repor um poder de compra cada vez mais

degradado. Trata-se de não aceitar aumentos de 11 por cento - uma tabela salarial ainda inferior à que já fora categoricamente rejeitada pelos trabalhadores poucos dias antes. Perante a intransigência do Governo AD/Balsemão, cujos motivos este é incapaz de explicar a não ser pelo «quero, posso e mando» de um tecto salarial que para os trabalhadores da Função Pública tomariam, a ser aceite, aspectos gravíssimos (e não só pelos precedentes que criaria), designadamente em relação a outras tabelas e sobretudo quanto a garantias e direitos adquiridos por todos os trabalhadores; perante uma intransigência que os TFP consideram «a tentativa de imposição de uma política salarial de miséria», os Sindicatos, incluindo formações alheias ao movimento unitário, decidiram continuar a luta através da greve, de outras formas de acção nos locais de trabalho e de concentrações em frente à sede do Ministério (MRA) na última segunda-feira, em Lisboa, e no mesmo dia, em Ponta Delgada, diante da sede

do Governo Regional dos Açores. A força da luta é patente. É cedo para um balanço global, impossível de fazer nesta altura. Mas a verdade é que, vencendo dificuldades específicas do sector, os Sindicatos e designadamente o movimento sindical unitário na Função Pública tem avançado no caminho da unidade e da capacidade de resposta a um Governo que chega a tentar não reconhecer sequer as estruturas sindicais representativas dos TFP, nomeadamente ao transmitir a «nova» proposta de tabela não à CNS (Comissão Negociadora Sindical, que o ministro da Reforma se recusou, aliás, a receber, mas aos órgãos da comunicação social, como se não existissem os Sindicatos, as estruturas sindicais nos locais de trabalho, a Frente Comum, a Comissão Negociadora. Que tem o Governo a dizer? Segundo a CNS e até ver apenas isto. Em resposta às propostas justas e realistas dos TFP sobre matéria salarial e à sua

disponibilidade para negociar, o MRA informa que o Governo decidiu impor uma tabela de miséria com aumentos médios de 11 por cento, se aplicados a Janeiro, quando o próprio Governo prevê uma inflação de 16 por cento e quando se prevê que o custo de vida aumente efectivamente mais de 25 por cento; recusa o aumento das diuturnidades, recusa o aumento do subsídio de refeição, recusa retroactividade a Janeiro da nova tabela. Os milhares de trabalhadores da Função Pública que se concentraram na última segunda-feira em Lisboa, e em Ponta Delgada, a greve de 3 dias que se seguiu e as outras formas de luta adoptadas em locais de trabalho são facilmente explicáveis. Mas para que a situação não se agrave, mesmo este Governo deve ter em conta a disponibilidade total dos Sindicatos para reiniciar as negociações, unilateralmente interrompidas pelo Executivo, e satisfazer as reivindicações realistas dos trabalhadores.

A Grundig de Braga quer pôr e dispor
• 18 sindicalistas ameaçados com despedimentos ilegais



Um pormenor do plenário à chuva

A Grundig, multinacional alemã instalada em Braga, quer acabar por sua conta com as liberdades sindicais na empresa. Obrigada a respeitar as leis portuguesas, há tempos já que, impunemente, por manifesta incapacidade da Inspecção do Trabalho e organismos afins dependentes do Ministério AD/Balsemão, vem usando a repressão como se actuasse em terra conquistada, proibindo plenários e reuniões de qualquer tipo na empresa, impedindo os dirigentes sindicais de passarem os portões da fábrica. Agora, perante a combatividade dos trabalhadores, decidiu usar a arma suprema: os despedimentos. Quinze delegados e três dirigentes sindicais já receberam «notas de culpa» e são alvo de processos disciplinares que apontam para despedimentos sem justa causa. Na origem da prepotência da Grundig de Braga, que emprega cerca de 2800

trabalhadores, incluindo vários com contratos a prazo, está um plenário realizado há cerca de um mês durante o qual os delegados e dirigentes sindicais atingidos teriam violado «ordens expressas da gerência». Trata-se mais uma vez da proibição dos plenários. E não passa de um pretexto falso para reduzir ao mínimo ou liquidar a actividade legal do Sindicato maioritário na empresa, o Sindicato das Indústrias Eléctricas do Norte. A atitude da administração da Grundig efectuada no plenário efectuado há um mês é um acto de perseguição que tem em vista encobrir despedimentos selectivos, sem justa causa, ilegais. Os dirigentes sindicais atingidos pelas «notas de culpa» e correspondentes processos, falaram aos trabalhadores, participaram naquele plenário mas, à chuva, fora dos portões

da fábrica. Para o efeito foi utilizada a instalação sonora, visto que sem ela seria impossível contactar com os mil trabalhadores que, esses sim, permanecem dentro das instalações. É a volta dessa utilização, que os trabalhadores consideram legítima e perfeitamente legal, que a administração pretende despedir os dirigentes e delegados sindicais. Os trabalhadores reagiram imediatamente contra a tentativa de despedimento. A solidariedade manifestou-se através de uma recolha de assinaturas de protesto. A administração proibiu que o abaixo-assinado circulasse, mas logo na primeira hora mais de mil trabalhadores assinaram o documento. Atitudes como a da Grundig, e outras em empresas do sector, vão levar ao endurecimento da luta nas indústrias eléctricas e electrónicas em todo o Norte do País.

PCP



Foi num ambiente de vivo interesse que decorreu a sessão realizada no Clube Atlético de Moscavide, integrada nas comemorações do 60.º aniversário do PCP

# Álvaro Cunhal em Moscavide

## • Diálogo vivo sobre questões de actualidade

Múltiplas questões sobre a actualidade nacional e internacional estiveram em foco na sessão-debate realizada na passada sexta-feira à noite, no ginásio do Clube Atlético de Moscavide, freguesia do concelho de Loures, que contou com a presença do camarada Álvaro Cunhal e de uma enorme e participativa assistência.

Na mesa, além de Álvaro Cunhal, estavam os camaradas Fernando Galego, da JCP, Sara Oliveira e Abel Cerqueira de Almeida, ambos da Comissão Concelhia de Loures; Joaquim Pedro, Albertina César e José Manuel Machado, membros da Comissão de Freguesia de Moscavide; Euclides Pereira, suplente do Comité Central do PCP; e Severiano Falcão, presidente da Câmara Municipal de Loures e membro do CC.

Após uma breve comunicação do camarada Abel Cerqueira, que sublinhou o significado histórico dos 60 anos de vida e luta do Partido, o secretário-geral do PCP pronunciou algumas palavras sobre questões centrais da actual situação política e social do País.

### As lutas dos trabalhadores

"Esta situação não cala do céu aos trambolhões", disse Álvaro Cunhal a dado passo da sua intervenção inicial, ao referir-se às lutas dos trabalhadores portugueses neste momento. Trata-se, como salientou, de uma situação que tem "causas objectivas".

Na ocasião, Álvaro Cunhal denunciou a política dos "tectos salariais", do vertiginoso aumento do custo de vida, da ofensiva contra os direitos dos trabalhadores, contra as nacionalizações, a Reforma Agrária e o pluralismo da Informação estatizada.

A esta "ofensiva desenfreada" respondeu em suas palavras as classes trabalhadoras em unidade e com acentuado espírito de luta. Mas a batalha da mobilização e do esclarecimento tem que continuar, pois estão em causa direitos de todo o Povo trabalhador.

Mais adiante, o camarada Álvaro Cunhal reafirmou a necessidade da substituição do

actual Governo, objectivo legítimo do Portugal de Abril. O executivo liderado por Pinto de Balsemão, além da sua orientação no dia-a-dia contra os direitos democráticos dos trabalhadores, tem um projecto que não se integra no quadro da liberdade, da democracia e da Constituição. O projecto real da sua acção, como dizia Álvaro Cunhal, é o da restauração total dos monopólios e dos latifúndios, abrindo assim o caminho a uma nova ditadura.



O camarada Álvaro Cunhal no uso da palavra

Aliás, esse projecto já foi tentado em 1980 com a candidatura de Soares Carneiro, derrotada pela maioria do Povo português. Uma derrota a que a própria AD deu ainda mais significado uma vez que afirmou claramente (recorre-se a conferência de imprensa realizada pelos dirigentes da AD na altura em que foi anunciada a desistência da candidatura de Carlos Brito) que a derrota de Soares Carneiro seria a derrota do projecto político da AD, seria o próprio desmembramento da AD - recordou o secretário-geral do Partido.

Sobre a luta pela substituição do actual Governo, focou três pontos fundamentais: a sua legitimidade e necessidade (não pode haver um Governo que quer destruir o regime político

em que está integrado); os mecanismos que a Constituição estabelece para a concretização dessa substituição; e a estranha posição de certas forças e personalidades do campo democrático, que apoiam a tese governamental de que o executivo AD vai governar quatro anos.

### "Temos que dizer alguma coisa..."

Ao denunciar os objectivos do falado Bloco Central, iniciativa para "servir as forças reacçãoárias" e a eventual aliança PS/PSD, um "perigo para a democracia", o secretário-geral do PCP referiu-se ao próximo Congresso do Partido Socialista.

O facto dos comunistas acompanharem essa importante realização dos socialistas não quer dizer, ao contrário de certas calúnias, que o PCP está a ingerir-se nas questões internas do PS. O Congresso do Partido Socialista irá certamente debater, por exemplo, o problema da eventual aproximação com o PSD. E isso é uma questão que interessa a todo o nosso Povo, sublinhou Álvaro Cunhal, que seguidamente comentou.

O dr. Mário Soares acha interessante que os "comunistas sejam corridos das autarquias onde estão em maioria" (proposta de António Capucho, dirigente do PSD). Onde está o inimigo da democracia? Nos comunistas, que deram e dão a sua vida e a sua vontade firme na luta pela democracia, contra o fascismo e a repressão; ou nas forças da reacção, que tudo fazem para que o nosso país retroceda aos tempos da ditadura? A interrogação ficou no ar, mas os milhares de pessoas que se encontravam na sala deram a resposta com palavras de ordem no sentido da unidade, do combate, do reforço do PCP, da defesa da democracia!

### "Estão desorientados"

No período de perguntas e respostas, um dos temas em foco foi a questão da CEE. Utilizando uma certa ironia,

Álvaro Cunhal começou por recordar algumas declarações de conhecidas figuras da vida política portuguesa.

Assim, no tempo da "Europa Conosco", Mário Soares falava do "fundamento popular" da adesão do nosso país ao Mercado Comum. Freitas do Amaral enaltece o "projecto querido do Povo" e aponta a "prioridade das prioridades". Vasco de Melo, o homem da CIP, refere-se ao "processo insubstituível". Pinto Balsemão, que por vezes "fala caro", diz que se trata de uma "verdadeira exigência geo-estratégica". Recentemente, dois ministros do actual Governo foram mais "longe" ainda.

Gonçalves Pereira disse que o ingresso de Portugal na CEE era possível em 1983 e altamente provável em 1984. Álvaro Barreto afirmou, por seu lado, que a adesão era impossível em 1983 e altamente improvável em 1984.

Como referiu o secretário-geral do PCP "eles estão desorientados"... E por detrás dessa desorientação está mais um aspecto da política anti-nacional do Governo AD. A entrada do nosso país na CEE não serve os interesses do nosso país. Mesmo assim, agindo como organismo de serviço às ordens do capitalismo monopolista, o executivo chefiado por Balsemão insiste nessa orientação.

Não somos contra, só por ser contra, recordou o camarada Álvaro Cunhal. De facto, o Partido já realizou uma Conferência Nacional exclusivamente sobre o assunto, tendo-se reunido a informação, o estudo e a análise de todos os sectores da economia nacional. A entrada de Portugal na chamada "Europa dos Dez", uma Europa em crise, com milhares de desempregados e índices assustadores de inflação, só representaria uma maior dependência e um agravamento das já difíceis condições de vida do Povo português.

Até porque a filosofia dos dirigentes da CEE pode resumir-se assim, como lembrou Álvaro

Cunhal: Nós exportamos tudo, mas os vossos produtos que possam competir não entram nas nossas fronteiras.

### "É um crime!"

Já na ponta final da sessão, o secretário-geral do Partido, repondendo a uma das questões, condenou firmemente a política do Governo AD/Balsemão sobre as armas nucleares.

E um crime pensar na instalação de equipamento bélico dessa natureza no nosso país, alertou Álvaro Cunhal, que afirmou ser errado e perigoso que o Governo deixe instalar essas armas, o que faria de Portugal um alvo no caso da delagração de um conflito internacional. Três bombas de 20 megatoneladas seriam suficientes para arrasar completamente o nosso país, sublinhou.

Também nesta frente, é preciso dar luta firme aos objectivos do Governo.

## ASSEMBLEIAS DE ORGANIZAÇÃO

### • Banco Pinto e Sotto Mayor

No passado dia 11 teve lugar no Centro de Trabalho dos Bancários em Lisboa a 1ª Assembleia da Organização da Célula do Banco Pinto & Sotto Mayor.

A orientação dos trabalhos, que decorreram durante toda a tarde, esteve a cargo do camarada Palma. Da mesa fizeram parte igualmente as camaradas do Secretariado cessante, assim como os camaradas Francisco Serrano e Agostinho, do OD dos Bancários, e Jaime Félix, do Secretariado do Comité Central.

Assistiram à reunião muitas dezenas de camaradas que apreciaram e discutiram a actividade política da Célula referente ao período compreendido entre 1974 e 1981, bem como o Relatório de Actividade e Plano de Acção.

### • Roda bem, roda sobre esferas!

No decorrer da sessão, o camarada Joaquim Pedro, do Organismo dos Reformados de Moscavide, ofereceu um objecto de metal ao Partido, na pessoa do secretário-geral, ali presente: a foice e o martelo, símbolo do PCP, símbolo da unidade entre camponeses e operários, símbolo da luta que há-de transformar todo o Mundo.

A foice e o martelo desse objecto estão apoiados em esferas. Por isso, Álvaro Cunhal não hesitou em comentar na altura: Este objecto representa bem o PCP, roda bem, roda sobre esferas!

Da assistência vieram fortes aplausos e palavras de ordem entoadas com entusiasmo: PCP! PCP!

### • 640 mil contos a menos...

A freguesia de Moscavide pertence ao concelho de Loures. E esta Câmara, como referiu Álvaro Cunhal, devido à política de direita deste governo, tem um corte orçamental na ordem dos 640 mil contos, vórtice que poderia ser aplicada na realização de importantes benefícios para a comunidade do concelho.

É assim a política da reacção instalada no Governo, uma política que afecta não só o Poder Local democrático, como toda a vida autárquica e os esforços de desenvolvimento regional.

### • A divisão paga-se!

Um dos participantes na sessão solicitou ao camarada Álvaro Cunhal que comentasse a notícia de que a CGTP-IN recusou o convite da organização da UGT para comemoração conjunta do 1.º de Maio, Dia do Trabalhador.

Respondeu o camarada Álvaro Cunhal que se compreende essa recusa da CGTP-Intersindical Nacional. E que a UGT criada como instrumento de divisão sindical e as acções divisionistas também se pagam. Agora, por ocasião do 1.º de Maio, acrescentou Álvaro Cunhal, a UGT não quer ver-se sozinha, talvez com meia-dúzia de pessoas numa sardinhada em Monsanto. A divisão paga-se!

## Actividades no distrito de Setúbal

### • Amanhã reúne Comissão Concelhia

Reúne amanhã a Comissão Concelhia de Setúbal do PCP. Como ponto destacado da ordem de trabalhos está a actividade preparatória da 3.ª Assembleia da Organização, marcada para o próximo mês de Junho.

A elaboração e discussão dos relatórios sectoriais estão numa fase avançada, bem como o regulamento e definição do número de delegados e convidados.

### Palmeira

Decorreram recentemente plenários de organização no Bairro Alentejano e na Quinta do Anjo. Em Brejos do Assa realizou-se uma sessão de esclarecimento com a camarada Luísa Araújo, do CC e da DORS.

### Alcochete

A questão dos fundos foi motivo de uma reunião realizada

em Alcochete, nas instalações do Centro de Trabalho. O debate teve como ponto de partida o orçamento para 1981, as metas estabelecidas no âmbito do 60.º aniversário e o trabalho regular da organização.

Além da importância central de que se reveste para o Partido o pagamento mensal das quotas por cada militante, foram analisadas iniciativas de carácter diverso, nomeadamente o lançamento do talão "60500 nos 60 anos do Partido", a inauguração para breve do bar-convívio do Centro de Trabalho e a participação dos comunistas de Alcochete, pela segunda vez consecutiva, na Festa "Povo Unido", no Montijo (5, 6 e 7 de Junho).

Na reunião sobre o trabalho de mulheres, a camarada Luísa Araújo e as camaradas do organismo local responsável por

esta frente procederam ao levantamento dos principais problemas que afectam as mulheres de Alcochete e traçaram as principais orientações para a participação das comunistas na solução.

No plano da política nacional ressaltou, por um lado, a necessidade da denúncia e combate à política do Governo AD/Balsemão, responsável pelo brutal aumento do custo de vida (desde a alimentação à saúde) e por outro a particular sensibilidade demonstrada quanto à problemática da Paz e do Desarmamento, a propósito da campanha nacional promovida por organismos unitários contra a instalação de armas nucleares em Portugal.

Foi ainda projectado um filme sobre o apoio à maternidade na Checoslováquia.

## Reunião no Montijo

Os trabalhadores comunistas das empresas corticeiras e de carnes do concelho do Montijo reuniram-se para debate dos seguintes temas: situação económica das unidades industriais, situação social dos trabalhadores, problemas de higiene e segurança, repressão patronal e despedimentos, contratação a prazo e acção sindical.

O deputado comunista Sousa Marques referiu na ocasião que o Grupo Parlamentar do PCP poderá levar à Assembleia da República as preocupações definidas no decorrer do debate e outros problemas sentidos pelos trabalhadores do concelho do Montijo.

## S. Iria de Azóia e Vialonga

Logo, às 21 e 30, realiza-se nas instalações do Centro de Trabalho do PCP um importante plenário dos militantes residentes na freguesia de Santa Iria de Azóia. É necessária a tua presença.

Também os camaradas que vivem na freguesia de Vialonga têm um plenário marcado para logo à noite, a partir das 21 horas. Serão abordados temas como as comemorações do 25 de Abril e 1.º de Maio e lutas da população trabalhadora. Não faltes!

## Em Portalegre e Beja

No próximo sábado, às 20 e 30, realiza-se em Chança (Portalegre) uma festa-convívio no decorrer da qual intervirá o camarada Diamantino Dias, suplente do CC. No dia 20 haverá uma iniciativa idêntica em Aviz.

No distrito de Beja, realiza-se no dia 24 uma sessão de esclarecimento em Montes Velhos, com José Mourão e Fernanda Patrício.

## Sessões culturais em Lisboa

Dentro de um programa de dinamização cultural da Organização Regional de Lisboa do PCP, realizaram-se sessões e colóquios com passagens de filme, tendo-se registado grande assistência e participação na Sociedade Guilherme Gossoul, no CT da Trindade e no CT Vitória (aqui por iniciativa do sector de Artes e Letras).

Participou nessas iniciativas o camarada Dias Lourenço, da Comissão Política do Comité Central.

### • Crédito Predial Português

"Em Assembleia de Célula realizada no ano de 1977 foi eleito o secretariado e aí se debateu a organização sob vários aspectos, traçando-se o funcionamento da célula, embora de forma precária. A fusão do CPP com o BAIV arrastou alguns problemas ao nível da estrutura partidária. Desde então, fizeram-se ajustamentos em consequência da abertura de novos edifícios do banco e de significativas mexidas de camaradas dos seus locais de trabalho habituais. Apesar disso, reconhecendo muitas deficiências, a célula

procurou corresponder às grandes e pequenas tarefas que se colocaram ao Partido, a nível nacional e a nível da empresa - salienta o "breve relatório de actividade" da célula dos trabalhadores comunistas do Crédito Predial Português (CPP) - Lisboa, documento apresentado e debatido há dias no decorrer da 1.ª Assembleia de Organização, que contou com a presença do camarada José Cavaco, membro do Comité Central.

A Assembleia, realizada sob o lema "Reforçar o Partido, reforçando a Organização",

discutiu em profundidade o trabalho da célula do PCP. Os problemas específicos da empresa. Das conclusões chegaram os delegados a destacar-se a necessidade de uma maior participação dos militantes na actividade do Partido. Os presentes aprovaram por unanimidade uma saúção do Comité Central do PCP em passagem do 60.º aniversário do Partido.

A situação política na e internacional mudou na final, uma intervenção do camarada José Cavaco

### • Concelhia de Grândola

Foi a primeira em todo o distrito de Setúbal, neste ano de 1981. Falamos da 4.ª Assembleia da Organização Concelhia de Grândola, realizada no passado dia 12 com a participação de 185 delegados eleitos em 65 sessões promovidas no concelho, no decurso dos trabalhos preparatórios.

Presentes os camaradas Blanqui Teixeira, membro da Comissão Política e do

Secretariado do Comité Central, e Américo Leal, membro do CC e da DORS.

Entre os convidados, encontravam-se delegações da JCP, MDP, PS, MDM, Comissões de Moradores e Trabalhadores, colectivas, Comissões de Reformados e CUMs.

Além do relatório de actividades, os delegados aprovaram a constituição da

nova Comissão Concelhia do PCP. No decorrer da Assembleia registaram-se 25 intervenções de diferentes orgãos e sectores. A intervenção do Américo Leal. No encerramento da Assembleia, o camarada Blanqui Teixeira falou em questões de grande importância para a vida do Partido: o concelho de Grândola e a intervenção sobre a situação política e do país.

### • Concelhia de Torres Vedras

Culminando uma intensa actividade preparatória, que incluiu a realização de 52 reuniões, decorreu recentemente a 2.ª Assembleia da Organização Concelhia de Torres Vedras do PCP, com a participação de 123 delegados.

Assistiram aos trabalhos os camaradas Abóim Inglês, membro do Comité Central, e Martins Coelho, suplente do CC, ambos da DOFL do Partido.

eleita e uma intervenção sobre o actual momento político pelo camarada Abóim Inglês.

A Assembleia dos comunistas de Torres Vedras, realizada num ambiente de viva participação

e entusiasmo, aprovou saúdações a propósito das comemorações do 25 de Abril e do 60.º aniversário do PCP e uma moção de solidariedade com o Povo de El Salvador.



A 2.ª Assembleia Concelhia dos comunistas de Torres Vedras decorreu sob o lema do reforço da organização

## Plenário em Portalegre

No passado dia 12 teve lugar, no Salão Nobre do Magistério Primário de Portalegre, um plenário de militantes do PCP, aberto a eleitos e não eleitos pelas listas da APU, convocada pela Comissão Distrital de

Portalegre do Partido Comunista Português.

Neste plenário participaram, entre outros, os camaradas Diamantino Dias, Moisés Galado, António Casmarinha, membros suplentes do Comité Central do PCP.

O plenário analisou e discutiu os seguintes pontos da ordem de trabalhos: Balanço do trabalho desenvolvido; Preparação do 3.º Encontro dos eleitos da APU do Alentejo; e Situação política e tarefas das autarquias.

### • Lisboa

Contribuir com fundos para o Partido é uma forma de comemorar os 60 anos de vida e luta do PCP. E essa contribuição pode ter várias características. No âmbito da Organização Regional de Lisboa (ORL) decorre, por exemplo, a campanha dos selos comemorativos, "fundamentalmente virada para a grande massa de camaradas e amigos do nosso Partido", como refere o boletim divulgado pela organização, que adianta: "Importa que as organizações e militantes dediquem uma grande atenção e entusiasmo



à dinamização da tarefa, tendo em vista que se conseguimos chegar junto

de todos os amigos a campanha será um êxito completo.

# Clandestinidade do PCP visitada à luz do dia

O Centro de Trabalho do PCP na Rua Soeiro Pereira Gomes, em Lisboa, conheceu uma singular animação à tarde do passado sábado: ali confluíram várias centenas de pessoas, uma banda de música e muita alegria, desfraldada nas múltiplas bandeiras do Partido empunhadas pela multidão. Era o ponto de partida para uma visita a sete casas do bairro do Rego que, até ao 25 de Abril, serviram de centros de trabalho e apoio à luta clandestina do PCP contra o regime fascista. Sete das lendárias «casas clandestinas» do Partido que tanta importância tiveram na rude luta travada pelos comunistas contra a ditadura. A iniciativa partiu da Comissão de Freguesia do PCP de N. S. de Fátima e integrou-se nas comemorações do 60º aniversário do Partido.

Falando de improviso à porta do CT, o secretário-geral do PCP, camarada Álvaro Cunhal, recordaria os manifestantes o progressivo desaparecimento de todos os partidos e organizações antifascistas na sequência do golpe de 28 de Maio de 1926 e a importância da luta travada a partir daí pelo PCP, o único Partido a não soporizar face à barbárie fascista, nas mais duras condições de vida clandestina, soube organizar a resistência e dirigir as lutas dos trabalhadores e das massas populares que conduziriam ao derrube do regime e à instauração da democracia no nosso país. Nessa luta de décadas, as casas clandestinas desempenharam um papel importantíssimo e surgiram evidenciando a capacidade do Partido da classe operária para resolver os enormes problemas de carácter técnico que se punham a organização da luta antifascista.

uma das sete casas a visitar, sete pombas recortadas em esferovite e presas a balões (cada uma delas seria «largada» em frente de uma casa) e, à frente de tudo, a inscrição «60 Anos de Luta».

Alvaro Cunhal finalizaria a sua intervenção com uma breve apreciação à situação política actual, após o que se iniciou a visita-homenagem, com cortejo organizado da seguinte maneira: à frente, a abrir, um grupo de pioneiros de Portugal transportando sete placas alusivas a cada



significativamente toda a visita) e finalmente a multidão de manifestantes. E a viagem começou ao som de «Grândola Vila Morena», que seria tocada e cantada ao longo de todo o percurso.

As pessoas vinham às janelas. Surpreendidas primeiro, depois sorridentes, muitas acenando das janelas a solidariedade de uma saudação. A festa irrompeu pelo bairro, acordando-o para uma animação inesperada. E fizeram-se seis paragens: junto à cave esquerda do nº 133 da Rua Filipe da Mata, que albergou

e serviu de apoio a Pedro Soares, Pires Jorge e outros; no 3º andar frente do nº 6 da Rua Tomás Cabreira que deu apoio a Dias Lourenço e Octávio Pato e onde moraram Adelino Pereira da Silva e Alice Capela; no começo da Rua Francisco Tomás da Costa onde, no rés-do-chão do nº 4, nasceu uma das primeiras tipografias do Partido assegurada por Manuel Guedes, Júlio Fogaça e outros e logo em frente, no 1º andar esquerdo do nº 3 uma outra utilizada por Octávio Pato no final da II Guerra; no 1º andar direito do

nº 2 da Rua Cristóvão Figueiredo onde viveu Álvaro Cunhal em 1937, então secretário-geral da Federação das Juventudes Comunistas, e Ludgero Pinto Basto e Brizida Pinto Basto, e finalmente frente ao 3º andar direito do nº 180 da Rua da Benificência, assaltada pela polícia política em 1938 para prender Francisco Miguel, Francisco Paula de Oliveira e sua irmã, Maria Eugénia.



# Reuniões de quadros sindicais nos Açores e na Madeira

## • 20 mil jovens madeirenses no desemprego

Com a participação de camaradas de quase todas as ilhas do arquipélago, decorreu no passado fim-de-semana em Ponta Delgada, Região Autónoma dos Açores, uma importante reunião regional de quadros dedicada à análise e estudo de problemas sindicais e laborais.

Entretanto, na Região Autónoma da Madeira, já anteriormente o PCP tinha realizado um encontro regional de quadros sindicais. A sessão decorreu na cidade do Funchal e debateu um conjunto diversificado de assuntos, de que destacamos: a luta pelos interesses comuns dos trabalhadores, pelas suas reivindicações mais sentidas e em defesa dos postos de trabalho, contra os despedimentos, a repressão patronal e a contratação a prazo; o desmascaramento e o combate firme ao divisionismo e ao esquerdismo; o desenvolvimento da política de unidade; o repúdio e isolamento dos sindicatos paralelos e do grupo divisionista UGT; a continuação e melhoria da actividade de reestruturação do Movimento Sindical Unitário.

Mulheres e Jovens: sectores importantes. O documento com as conclusões do Encontro Regional de Quadros Sindicais do PCP na Região Autónoma da Madeira dedica uma parte significativa aos sectores das mulheres e jovens no âmbito da acção sindical. Diz-se a dado passo: Ficou bem patente que, no que se refere à organização das mulheres, jovens e reformados, tem havido da parte do Movimento Sindical Unitário um certo alheamento aos seus problemas e à importância que os dois primeiros têm para o reforço das lutas a desenvolver pelos trabalhadores. Não podemos esquecer, que o contingente de mulheres trabalhadoras

aumenta diariamente, com consequência do constante agravamento do custo de vida. Por isso é necessário que os dirigentes e activistas sindicais se debrucem atentamente sobre a sua organização. E mais adiante: As empregadas domésticas só recentemente viram aprovada uma lei de regulamentação do trabalho, que embora não corresponda aos anseios das trabalhadoras vem por alguma disciplina laboral. Estas trabalhadoras têm, ainda hoje, condições de trabalho que nalguns casos podemos considerar de pré-escravidão: sem horários de trabalho, muitas delas em total isolamento e com salários que vão desde os 550\$00 mensais.

Quanto aos jovens, sabemos que são cerca de 1/3 da massa activa e que são inúmeros os seus problemas. São perto de 20 000 os que se encontram no desemprego, estando grande parte destes à procura do primeiro emprego. Perante esta situação, torna-se necessário ganhar e organizar a juventude no seio do Movimento Sindical Unitário. Concluiu-se da importância e da necessidade da formação dos Sindicatos de Comissões de Juventude que, desenvolvendo um trabalho de formação e esclarecimento dos jovens, os torne receptivos e aptos a encabeçar num futuro próximo a luta para a resolução dos seus problemas.

# Comunistas de Almada definem orientações

A Comissão Concelhia de Almada do PCP reuniu em plenário para análise de diversos assuntos de interesse. «Desenvolver todas as acções que permitam uma discussão aprofundada nas organizações do Partido do relatório a apresentar à 3ª Assembleia da Organização Concelhia, nomeadamente através de reuniões amplas de quadros e de assembleias em todos os locais onde os comunistas desenvolvem a sua actividade» — esta uma das conclusões da reunião da CC de Almada, cujos trabalhos decorreram no CT concelhio.



Foi ainda decidido «saudar e apoiar todas as acções de massas da classe operária e de todos os trabalhadores em torno dos seus problemas concretos e de defesa das conquistas de Abril» e «apelar à mobilização e participação do Povo do concelho de Almada nas

comemorações do 25 de Abril e na grande jornada de unidade e luta dos trabalhadores, o 1º de Maio». Ao sublinhar a «necessidade de uma maior dinamização e espírito de iniciativa na parte final da campanha 'Almada uma Casa do Partido', à qual as organizações têm correspondido, a CC de Almada aponta que «embora tenhamos

# Iniciativas do CLL

Por iniciativa da organização da 4.ª Zona do Comité Local de Lisboa (CLL) do PCP, realiza-se amanhã, às 11 horas, uma romagem ao monumento dos tarrafalistas, no cemitério do Alto de S. João.

# V. Velha de Ródão

Integrada nas comemorações do 60.º aniversário do PCP, decorreu no último fim-de-semana uma iniciativa de convívio com cerca de 70 pessoas, realizada em Vila Velha de Ródão, nas instalações do Centro Popular de Trabalhadores do porto do Tejo.

# Reformados: convívio em Lisboa

Os camaradas reformados das organizações do Comité Local de Lisboa (CLL) têm encontro marcado no próximo sábado, dia 18, às 10 e 30, na Academia de S. Amaro, para um convívio integrado nas comemorações do 60º aniversário do PCP.

# Na Covilhã e em Teixoso

No próximo dia 25 de Abril realizam-se iniciativas do PCP em Sarzedo (Covilhã) e em Teixoso. A primeira decorrerá no Clube Desportivo e Recreativo da localidade, a partir das 21 horas, e inclui a apresentação de um filme sobre os Jogos Olímpicos.

# Plenário de militantes dos Hospitais de Lisboa

As questões de organização estiveram em todo o importante plenário de militantes comunistas dos Hospitais Cívicos de Lisboa (HCL) realizado há dias no Centro de Trabalho de Alcântara.

decidiram marcar uma Assembleia de Organização dos HCL no próximo mês de Outubro, incluindo o seu trabalho preparatório reuniões alargadas nos hospitais da capital.

plenarios de todos os militantes do Partido nos HCL. No plenário agora realizado em Alcântara participou a camarada Marília Vilaverde Cabral, do CC, que falou sobre a actual situação política.

# Juventude

# Canção Juvenil: um êxito!

Setúbal e Seixal são duas das localidades onde no próximo fim-de-semana decorrerão Festivais da Canção Juvenil, por iniciativa da JCP.



O balanço dos Festivais já realizados aponta para cerca de 4 mil assistentes e mais de 300 jovens artistas em palco.

chama a atenção de todas as Comissões locais e concorrentes para os atrasos verificados ou a verificarem-se no envio de «cassetes», letras ou fichas de inscrição e dos prejuízos que daí possam advir no respeitante à participação no Festival Final, a realizar em 30 de Maio, no Coliseu dos Recreios, em Lisboa.

# O «Juventude» deste mês: uma leitura a não perder

A publicação do segundo cupão do concurso do «Juventude», artigos diversos sobre o 25 de Abril, entrevista com Vitorino de Almeida e um suplemento sobre o 60º aniversário do PCP são apenas alguns dos motivos mais atraentes da edição deste mês do jornal da JCP, que vivamente recomendamos.

Advertisement for the 'Juventude' magazine competition. It features the magazine cover with the text '2.º cupão concurso do Juventude' and 'ainda estás a tempo de concorrer!'. It also lists contents like 'Reportagens', 'Depoimentos', and 'Entrevistas'.

Visita que terminaria com um comício no mercado do Rego, onde Raimundo Narciso falaria da luta clandestina dos militantes comunistas e do 60º aniversário do PCP, abordando ainda alguns aspectos da situação política actual.

artigos sobre a JCP — experiências do processo de unificação e sobre a presença

da juventude nos 60 anos de luta do PCP. Uma edição a não perder!

Advertisement for the JCP campaign 'vamos contribuir para a JCP'. It features a grid graphic and the text '1500 CONTOS campanha nacional de fundos'. It also includes the JCP logo and a star.

Advertisement for the JCP campaign 'CONHECE A URSS com as nossas viagens para jovens'. It features a graphic of a building and the text 'grande vôo de VERÃO' and 'PROGRAMAS POR PREÇOS ESPECIAIS'. It lists destinations like Moscow, Rostov, and Leningrad.

## Trabalhadores

# Trabalhadores da Soares da Costa em luta pelos seus direitos

## Entrevista com membro da CT

Maiores empresa de construção civil do País, empregando mais de 6 000 trabalhadores em obras espalhadas por todo o País, estendendo a sua actividade ao estrangeiro, com relevo para os países africanos de expressão portuguesa, assim se pode apresentar a «Soares da Costa» na sua dimensão económica. Mas também no plano social, o da resistência dos trabalhadores aos mecanismos de exploração e opressão que constantemente se renovam, a «Soares da Costa» é hoje uma empresa em destaque. Existe um caderno reivindicativo no qual os trabalhadores incluem direitos que querem ver respeitados.

O «Avante!» entrevistou Manuel Martins Silva, membro do secretariado da célula da «Soares da Costa» do PCP e membro do secretariado da comissão de trabalhadores da empresa.

— Trabalhas há muito na «Soares da Costa»?

— Treze anos, como serralheiro.

— E a empresa nesses treze anos?

— Mudou muito. Começou por ser uma empresa pequena, depois foi crescendo. Em 1974 era já uma empresa de média dimensão, havia outras maiores. Mesmo assim, devia andar pelos 3 mil trabalhadores nessa altura. Com o 25 de Abril, porém, é que se deu o salto maior, e desde aí não tem parado de crescer, pois a «Soares da Costa» soube ultrapassar a crise que atingiu

a construção civil nos primeiros anos da Revolução, a incapacidade de adaptação às novas condições sociais e do próprio mercado revelada por grande número de empresas concorrentes que se foram abaixo.

— E como foi isso conseguido?

— Por um lado, fizeram-se grandes investimentos em maquinaria, o que lhe deu um avanço técnico considerável sobre outros construtores. Por outro lado, há a assinalar a grande intensificação dos ritmos de trabalho, do que é exemplo o recurso generalizado às horas extraordinárias (há trabalhadores que fazem mais de 300 horas extraordinárias num ano!), essencial para que a empresa cumpra os prazos das empreitadas. Mas há ainda outra

razão, que é o facto de a «Soares da Costa» trabalhar quase exclusivamente para o Estado. Hospitais, escolas, bairros camarários, etc, são inúmeras as empreitadas que a colocam ao abrigo das crises e flutuações do sector privado e lhe permitem trabalhar em grande escala.

— Como se tem desenvolvido a organização dos trabalhadores na empresa?

— Antes do 25 de Abril as relações de trabalho estavam condicionadas pela existência da ditadura fascista. Logo após a Revolução, constituiu-se a Comissão de Trabalhadores e pouco depois a comissão inter-sindical. Mais tarde criou-se o Secretariado da Comissão de Trabalhadores e foram criadas subcomissões indispensáveis numa empresa de dimensão nacional que tem obras de Norte a Sul do País. Paralelamente, posso dizer que a grande maioria dos trabalhadores se encontra sindicalizada, sendo este número apreciável mesmo entre os contratados a prazo. O Sindicato da Construção Civil é maioritário, seguido do Sindicato dos Metalúrgicos e ambos filiados na CGTP-IL. Na contratação colectiva, registamos um certo progresso no sentido da verticalização, mas ainda estamos longe do contrato vertical único.

— Falaste há pouco em contratos a prazo. Em que medida o desenvolvimento da

empresa afectou a situação dos trabalhadores?

— Não é tanto o desenvolvimento da empresa. Mas há certos factores que o acompanharam a partir de certa altura, que são negativos para os trabalhadores e que explicam a razão da nossa luta.

— A partir de quando se manifestaram esses factores e quais são eles?

— Mais ou menos pela mesma altura, entre 1976 e 1977, a lei dos contratos a prazo e certas alterações no seio da administração vieram agravar a situação dos trabalhadores. Uma coisa puxou outra. A lei dos contratos a prazo convenceu os patrões que tinham uma nova arma de pressão e de chantagem sobre nós, uma nova forma de exploração sem freio e aplicaram-na como tal. Ou melhor, utilizam-se dela e ultrapassam os próprios termos da lei a todo o momento.

### CERCA DE 3000 CONTRATADOS A PRAZO

Neste momento, numa empresa com cerca de 6 000 trabalhadores mais de 3 000 são contratados a prazo. E grande parte destes contratos são irregulares, por prazos de um e dois meses, e até prazos inferiores que se renovam sucessivamente na mesma obra e para o mesmo trabalhador. Sobre estes trabalhadores

exerce a administração toda a espécie de pressões. Por exemplo, não renovando os contratos daqueles que aderem às paralisações ou manifestam qualquer tipo de descontentamento. Por aqui se vê para que serve esta lei.

E foi a partir daqui que os patrões se sentiram encorajados a endurecer posições e a afrontar os nossos direitos. Um batalhão de controladores entrou em acção. A promoção de chefes a todos os níveis passou a fazer-se por critérios políticos que se sobrepuseram ao critério do mérito. Na carpintaria da Lameira, para dar um exemplo, fizeram um saneamento político que atingiu toda a chefia (acusada de comunista), do qual resultou uma quebra de produtividade, até hoje não recuperada, apesar de por diversas vezes terem remodelado a chefia. E a carpintaria da Lameira passou a dar prejuízo, coisa que nunca tinha acontecido. Tecnostratistas instalados na administração traçaram um plano global de cercoamento de direitos e liberdades de carácter sindical e social dentro da empresa.

— Lançaram as raízes do conflito?

— Certo! Até essa altura nas relações de trabalho não havia grande tensão. Mas a administração decidiu passar a ignorar a nossa voz e os nossos

interesses. Isto acabou por obrigar os trabalhadores a reagir. A administração retira os subsídios de alimentação, recusa-se a nomear os seus representantes para a Comissão de Higiene e Segurança (prevista no CCT), o que é tanto mais grave quanto a «Soares da Costa» registou uma média diária de 7 acidentes em 1978, e que esse índice acusa tendência para crescer, não garante a consulta médica anual. Perante o descontentamento manifestado pelos trabalhadores e a acção da Comissão de Trabalhadores, a resposta da administração não se fez esperar: dificultou a realização de plenários na empresa (violando a Lei 46/79, Lei das Comissões de Trabalhadores), ameaça os membros da CT e instaura-lhes processos disciplinares.

— Como têm os trabalhadores respondido a essa ofensiva?

— Antes de mais os trabalhadores têm exercido os seus direitos, resistindo às tentativas de intimidação da administração. Basta dizer que se realizaram 57 plenários 49 dos quais depois da administração os ter proibido na empresa. Nesses plenários os trabalhadores aprovaram um caderno reivindicativo no qual estão consagrados os seus direitos e se propõem soluções que porão fim aos abusos e arbitrariedades actualmente

• Empresa com inúmeras empreitadas, a «Soares da Costa» está ao abrigo das crises. Mas intensificam-se os ritmos de trabalho e recorre-se às horas extraordinárias.

• Em 6 mil trabalhadores, metade são contratados a prazo, nova arma de exploração e de chantagem.

• Sobre estes trabalhadores, a administração exerce toda a forma de pressões.

• Os trabalhadores reagem à ofensiva: realizaram-se 57 plenários, 49 dos quais depois de a administração os ter proibido na empresa. Ai foi aprovado um caderno reivindicativo.

• As paralisações têm demonstrado uma grande unidade dos trabalhadores, traduzida na esmagadora adesão à greve de 23 de Março. Uma solução justa será alcançada.

cometidos pela administração. O respeito pelos direitos sindicais e das comissões de trabalhadores e o fim das ilegalidades na contratação de trabalhadores a prazo são condições fundamentais para o regresso à normalidade.

— Está à vista esse regresso da empresa à normalidade?

— Os trabalhadores têm dado prova de grande unidade. As paralisações que até agora fizeram em apoio das suas reivindicações demonstram uma grande unidade, traduzida na esmagadora adesão à greve, de que é exemplo a paralisação realizada a 23 de Março. Paralelamente, têm decorrido no Ministério do Trabalho reuniões de conciliação. Até agora ainda não foi possível chegar a um acordo, dado que a administração se mostra obstinada na sua recusa em

respeitar os direitos sindicais dos trabalhadores. Mas não há dúvida que nos mantemos unidos e firmes cada vez mais, dispostos a ir até ao fim na defesa dos nossos direitos. De resto, não podemos perder. As nossas condições de trabalho são duras e arriscadas, o recurso indiscriminado ao trabalho extraordinário e selvagem mais agrava a nossa situação, não podemos recuar sem cair nas mãos duma exploração sem escrúpulos. Mas estamos convencidos de que um pouco de realismo por parte da administração da empresa evitará um confronto mais radical e poderá resolver tudo. Nas reuniões que temos no Ministério do Trabalho esforçamo-nos nesse sentido. A unidade que temos demonstrado é a melhor garantia de que uma solução justa será alcançada.

## Poder local

# Em importante reunião Eleitos da APU no Grande Porto rejeitam aumentos das tarifas da electricidade

Como o Salão da Junta de Freguesia do Bonfim completamente cheio, realizou-se no passado sábado o anunciado Encontro Sobre Tarifas de Electricidade promovido pelos eleitos da Aliança Povo Unido dos concelhos do Grande Porto.

Os participantes no Encontro, em número superior a duzentos, aprovaram no final um extenso documento de conclusões. Ai se rejeitam os aumentos das tarifas que se têm processado ou se procuram impor, por serem socialmente injustos, representarem um novo agravamento do nível das populações, não serem inevitáveis nem indispensáveis e por estarem a ser decididos à revelia das competências das autarquias locais.

Nas conclusões do Encontro, destaca-se especialmente a situação de excepção criada no Porto, no que respeita às tarifas de electricidade e aos níveis de consumo de energia eléctrica ao longo de dezenas de anos, demonstrando-se igualmente que os aumentos que agora se pretende impor aos consumidores resultam directamente da política antipopular da «AD» e da política que tem sido praticada em relação à EDP — uma política de submissão ao imperialismo, de aumentos das taxas de juro, de obrigatoriedade do recurso ao

crédito externo, de desvalorização do escudo, de ataque às nacionalizações.

O Encontro, que decorreu com grande animação e foi muito participado, demonstrou uma vez mais a disposição popular de dar combate à política reaccionária do Governo da «AD».

### Os planos da AD

«O Encontro permitiu constatar que a «AD» pela mão dos seus eleitos, por pressão do seu Governo e nalguns casos com o apoio dos seus aliados e perante a passividade de

outras forças políticas, procura impor a todos os concelhos os preços constantes da última portaria, ou seja 2,25 por KWH e 47,20 para a taxa de potência» — lê-se no documento de conclusões.

Quanto à situação na capital norteña, o documento alerta: «A «AD» propõe-se neste momento aplicar no concelho do Porto, ilegalmente, sem decisão do órgão autárquico competente — a Assembleia Municipal —, os seguintes aumentos:

1. Aumentos imediatos de cerca de 200% com efeitos a partir de Abril, do custo da energia eléctrica para o comércio e para a indústria.

2. Aumentos imediatos, com efeitos a partir de Abril, do custo da energia eléctrica para consumos domésticos por escalões e diferida ao longo do tempo.

Assim, de Abril corrente até Setembro próximo, os aumentos serão de cerca de 50%, 100% e 150%, respectivamente nos 1.º, 2.º e 3.º escalões.

De Outubro próximo a Março de 1982, os aumentos serão de cerca de 100%, 150% e 200% nos 1.º, 2.º e 3.º escalões.

De Abril a Outubro de 1982, os

aumentos serão de cerca de 150 e 200% nos 1.º, 2.º e 3.º escalões, ou ainda mais elevados se entretanto saírem novas portarias determinadas pelo Governo.

3. Quanto à taxa de potência, aumento para todos os consumos em baixa tensão de 135% a partir de Abril corrente».

### Razões de uma rejeição

Do debate travado, segundo se lê no documento de conclusões, os participantes concluíram, entre outros pontos:

— Rejeitamos os aumentos das tarifas porque são socialmente injustos e a sua aplicação traduziria um novo agravamento do nível de vida e desconforto das populações já de si baixos e em acelerada degradação.

— É inaceitável esta política de aumentos de tarifas quando se sabe que:

• É insustentável a situação das famílias portuguesas com os brutais e generalizados aumentos de preços, fruto duma política visando a restauração do poder dos grandes capitalistas e agrários e de submissão ao

imperialismo estrangeiro, e não a defesa dos interesses das populações e do País. Acresce que:

• O consumo de electricidade por habitante em Portugal é ainda cerca de um terço da média dos correspondentes consumos na generalidade dos países da Europa.

• E ainda grande o desconforto das populações por ser muito baixo o equipamento electrodoméstico. — Em 1977, em cada 100 famílias só 58 dispunham de frigorífico, 24 de máquina de lavar roupa, 66 de televisão e 5 dispunham de máquina de lavar louça.

• No final de 78 havia ainda um número calculado de 400 mil famílias que nem sequer dispunham de acesso às redes públicas de energia.

Os eleitos da APU estão contra os aumentos das tarifas de energia por serem tais aumentos consequência da opção assumida pelos sucessivos governos ao serviço do capital, a partir de 76, opção assumida e reforçada pelos governos da «AD», de encetar uma política de «economia de energia» — «responsabilizar os consumidores em função dos encargos que originam» e no «economizar e racionalizar os consumos de energia em geral, sobretudo pela via dos preços».

Estamos contra estes aumentos das tarifas porque eles

não são indispensáveis nem inevitáveis.

Trata-se antes, de o Governo pretender usar o expediente do aumento das tarifas para transferir para as populações os efeitos do agravamento de desequilíbrios económicos e financeiros da EDP, que nela provoca a política da «AD» de submissão ao imperialismo, de aumentos das taxas de juro, de obrigatoriedade de recurso ao crédito externo, de desvalorização do escudo, de ataque às nacionalizações.

Com tal política foram agravadas enormemente as taxas de juro e a desvalorização do escudo. Entretanto, o Governo tem atrasado sistematicamente, por períodos superiores a um ano, a concretização de aumentos de capital previamente aprovados (e aliás já de si insuficientes), forçando a EDP a recorrer a capitais alheios e a arcar com os correspondentes encargos financeiros. Em 1977 ficou por realizar uma parcela de 500 mil contos; em 78 o mesmo sucedeu no montante de 1 milhão e cem mil contos e em 79 outro tanto no valor de 1 milhão de contos».

### Como trabalha a APU

Finalmente, lê-se ainda no documento:

«Como têm defendido os eleitos da APU, as autarquias não podem ter uma posição meramente passiva face aos aumentos das tarifas. As

autarquias foram eleitas pelas populações para resolverem os seus problemas e defender os seus interesses e não para serem meras correes de transmissão da política antipopular da «AD». Lutar contra o aumento das tarifas de electricidade, pressionar o Governo para a sua revisão, unir-se às populações na sua luta contra tais medidas, estudar, propor e estudar alternativas e contrapartidas válidas são obrigações estritas de qualquer órgão autárquico. São múltiplas e variadas as propostas que a APU vem fazendo no sentido de solucionar um tão grave problema perante a surdez de quem, eleito pelas populações, mais não quer do que defender os seus interesses privados e partidários.

As propostas apresentadas pela APU no Conselho de Administração dos SMGE do Porto são um exemplo, entre muitos outros, do trabalho honesto, sério, não demagógico e de defesa intransigente dos interesses das populações realizado pelos eleitos da APU.

1. Pedidos de audiência (até ao momento não concretizada) com o ministro da Energia, com vista a obter o saneamento da dívida à EDP e da criação de um tarifário especial para o Grande Porto.

2. Proposta à Câmara Municipal do Porto para concessões de diversos subsídios aos SMGE.

3. Proposta à Caixa Geral de Aposentações para que assumo o pagamento das pensões dos aposentados dos SMGE, no valor de 40 000 contos.

4. Proposta ao Governo de que se isentem os SMGE de pagamento de imposto de transacção, o que permitiria uma economia de cerca de 40 000 contos.

5. Proposta ao Governo de isenção de direitos alfandegários o que economizaria também muitas dezenas de milhares de contos.

6. Cobrança pelos SMGE de encargos com infra-estruturas de fornecimento de energia eléctrica aos grandes comerciantes e industriais no valor de dezenas de milhares de contos, reduzindo os encargos de instalações às comissões de moradores.

7. Maior austeridade nas despesas correntes, o que já está deliberado para 1981, particularmente no consumo de combustíveis.

8. Aumento da produtividade através da reorganização e racionalização de diversos sectores.

As populações dos concelhos do Grande Porto que têm travado uma importante luta contra os aumentos das tarifas não se calaram perante mais este tão grave atentado às suas condições de vida e podem contar, sempre, com o apoio, o trabalho, a dedicação da APU e dos seus eleitos».



«Não há razões que justifiquem o aumento das tarifas da electricidade.»

## SETÚBAL: HOMENAGEM A BENTO CARAÇA

Por ocasião do 80.º Aniversário do seu nascimento, Bento de Jesus Caraça, intelectual antifascista e membro do nosso Partido, será homenageado no próximo sábado, dia 18 de Abril, na cidade de Setúbal.

Querendo que a sua memória se perpetuasse também na cidade do Sado, moradores de um Bairro da Freguesia de São Sebastião e a sua Junta desde há muito escolheram o nome de Bento de Jesus Caraça para uma larga Avenida que arrancará em breve, segundo um plano urbanístico. A vereação da Câmara Municipal deliberou favoravelmente.

E nesse mesmo local que no próximo sábado, pelas 18.00, se realizará uma concentração evocativa, seguindo-se, pelas 21.30 horas, no Salão Nobre da Câmara Municipal, uma sessão.

## MERCÊS: SESSÃO SOBRE SAÚDE

No passado dia 7 comemorou-se o Dia Mundial da Saúde, data esta que foi aproveitada por diversas organizações populares para promoverem iniciativas alusivas à efemeridade.

Foi o caso da APU das Mercês (Lisboa), que realizou nas instalações da respectiva Junta de Freguesia um encontro-debate sobre problemas de saúde.

A sessão, que mobilizou dezenas de pessoas, foi orientada pelo Sindicato dos Médicos do Sul, com a participação do respectivo presidente, dr. Sá Marques, e da enfermeira Maria Antonieta Ferreira de Almeida.

## PORTO: POPULARES PROTESTAM E PRESIDENTE ALMOÇA

Diversas organizações populares da cidade do Porto apresentaram problemas e reclamações na última sessão pública da Câmara Municipal do Porto, realizada na passada quinta-feira.

No decurso da sessão mais uma vez se verificaram ameaças do presidente da Câmara, Coelho de Magalhães, da «AD», de mandar intervir a polícia para evacuar a sala. Esta ameaça surgiu como resposta aos protestos dos populares presentes — cerca de centena e meia, visto que outros tinham sido impedidos de entrar — face à recusa do presidente de pronhar um pleito do reservado à intervenção do público, como propunha um eleito da APU. Mas os populares não desamaram. Esperaram cerca de três horas para apresentar as suas reclamações.

Foi assim que uma delegação da Comissão Unitária de Mulheres do Porto apresentou um protesto contra o recente aumento da água, decidido ilegalmente, sem sujeição à Assembleia Municipal. A CUM do Porto manifestava ainda o seu protesto contra a ameaça iminente de uma subida brutal do custo da energia eléctrica na cidade. Outras

organizações presentes, nomeadamente a União das Associações de Moradores da Cidade do Porto e a Comissão Central do Bairros Camarários apresentaram de seguida as suas reclamações.

Moradores do Bairro do Aleixo e diversos populares, a título individual transmitiram outras preocupações. E houve quem não conseguisse intervir por falta de tempo — foi o caso, por exemplo, de uma comissão de vendeadeiras da Rua Escura, que queriam manifestar o seu protesto pela brutal subida das taxas de ocupação do «lugar» — que há dias foram aumentadas para dez vezes mais.

## SANTO TIROSO: ELEITOS DA APU VISITAM PARADELA

Eleitos da APU na Assembleia Municipal de Santo Tirso e o deputado do PCP António Mota, visitaram no domingo passado a aldeia de Paradelá, na Trofa, onde se inteiraram dos prejuízos causados à população pelos efluentes de uma pocilga instalada num monte sobranceiro à aldeia.

A visita efectuou-se a convite da «Comissão de Luta Contra a Pocilga de Lemedão», que há anos vem lutando por medidas que salvaguardem a saúde da população.

Acompanharam os visitantes larga dezena de moradores e, nomeadamente, Manuel Abreu, figura que se tem destacado na luta contra a poluição no concelho.

A pocilga, instalada há anos, em condições ilegais, por uma sociedade encabeçada por um vereador do PPD, tem sido fortemente contestada pela população. As escorrências encaminham-se directamente e a céu aberto para um pequeno riacho que atravessa a aldeia. Perante os protestos da população, o presidente da Câmara de Santo Tirso afirmou-se disposto a ordenar o encerramento da pocilga se não fosse construída uma estação de tratamento de resíduos a cuja instalação a empresa iria proceder.

A instalação não resultou satisfatoriamente, mas o Presidente não dá cumprimento ao que prometeu. Os poços da aldeia, de que os moradores dependem, já que a Trofa não dispõe de água ao domicílio, continuam gravemente inquinados. Por isso os moradores continuam a sua luta, em defesa da sua saúde e da saúde dos seus filhos.

## BOA-HORA: SESSÃO CONTRA AS ARMAS NUCLEARES

No próximo dia 21, terça-feira, pelas 21 e 30, realiza-se no clube «Armadores», à Rua do Cruzeiro, em Lisboa, uma sessão promovida pela Comissão de Moradores da Boa-Hora, juntamente com a Comissão Portuguesa para a Paz e a Cooperação consagrada à não-proliferação das armas nucleares. Participam na sessão a dr.ª Regina Sales Grade, e Carlos Silva.

**AVANTE!**  
2.º número  
**curso de luta**  
Ora este livro contém...  
A venda o número 11 Preço: 15500  
Entrevista com  
**António Victorino de Almeida**

à venda  
**REVISTA INTERNACIONAL**  
PROBLEMAS DA PAZ E DO SOCIALISMO

Movimento comunista

# X Congresso do PSUA A RDA reforça o seu lugar entre os países mais industrializados

Começou no sábado, em Berlim, o X Congresso do Partido Socialista Unificado da Alemanha (PSUA). O camarada Horst Sindermann, membro do Bureau Político, declarou ao inaugurar os trabalhos do Congresso que os seus preparativos se caracterizaram pela até agora, maior iniciativa popular e movimento patriótico de massas a favor do desenvolvimento económico e por uma ampla discussão sobre questões fundamentais do nosso tempo, situação que aprofundou a relação de confiança entre o Partido e o povo. E o Congresso — destacou — adoptará as suas conclusões nesta sólida base.



De acordo com o espírito do internacionalismo proletário e a solidariedade anti-imperialista foram saudadas as 125 delegações de partidos comunistas e operários e de partidos e organizações socialistas e democratas de 109 países.

O primeiro dia dos trabalhos do Congresso foi ocupado na

quase totalidade pela leitura do Relatório do Comité Central feita pelo secretário-geral do PSUA, camarada Erich Honecker, que no início foi recebido com prolongados aplausos dos delegados e convidados presentes.

O X Congresso do PSUA terminou ontem e aos trabalhos assistiram 2 678 delegados representando 2 172 110 membros e candidatos do Partido Socialista Unificado da Alemanha.

Um balanço positivo do desenvolvimento da República Democrática Alemã durante os últimos cinco anos foi feito pelo camarada Honecker durante a leitura do Relatório ao Congresso.

Nos anos decorridos desde o IX Congresso do PSUA a RDA pôs à prova a sua estabilidade política, aumentou o seu potencial económico e revelou-se como um dos pilares da paz na



Erich Honecker

Europa — afirmou o camarada Honecker. Acrescentava o Relatório que nos últimos cinco anos produziu-se na RDA um rendimento no valor de 812 000 milhões de marcos, o que equivale a um incremento de 25,4 por cento em comparação com o quinquénio anterior.

A RDA conservou o seu lugar entre as dez primeiras potências industriais do mundo, foi ainda referido. Graças aos grandes esforços desenvolvidos pelos trabalhadores foi possível realizar na totalidade os objectivos sociopolíticos fixados, entre os quais os respeitantes à construção de habitações.

O secretário-geral do PSUA qualificou, depois, a aliança fraternal com a União Soviética e os restantes países da comunidade socialista como a base firme para preservar a paz e prosseguir a estruturação da sociedade socialista na RDA. E afirmou:

O postulado supremo da nossa política é e continuará a ser o internacionalismo proletário e a solidariedade internacional com todos os povos que lutam pela sua liberdade.

Também na segunda metade dos anos setenta se conseguiu preservar a paz na Europa e sobre isto falou o camarada Honecker:

A política da coexistência pacífica é a única via para afastar o perigo de uma nova

guerra mundial e assegurar a paz duradoura. E acrescentou que a RDA continuará a respeitar escrupulosamente na prática, em todos os seus aspectos principais, a Acta Final de Helsinquia como um todo, por ser um programa tendente a consolidar o desanuviamento.



O desenvolvimento de relações normais com a RFA com base na coexistência pacífica estão nela contidas.

Mais adiante, o secretário-geral do PSUA salientou que de há uns tempos atrás se assiste à deterioração da situação internacional devido, principalmente, às manobras dos sectores mais agressivos do imperialismo — particularmente dos EUA — e à escalada da política de rearmamento praticado pela NATO. Quanto a esta situação a RDA — lê-se no relatório — apoia plenamente as propostas apresentadas pelo secretário-geral do PCUS, camarada Leonid Brejnev, no decorrer do XXVI Congresso daquele partido, a favor da manutenção da paz e do desanuviamento.

A actual situação na Polónia foi depois referida pelo camarada Erich Honecker no decorrer da leitura do Relatório ao referir que o PSUA manifestou a sua solidariedade fraternal com os comunistas polacos e com todos os patriotas da Polónia que lutam por defender e fortalecer o socialismo no seu país, acrescentando: Guiamo-nos por este princípio e continuamos a praticá-lo. O camarada Honecker referiu mais adiante que na luta pela paz teria uma importância considerável se também a China tivesse uma contribuição positiva neste domínio. Infelizmente, é preciso



dizer que ainda sucede o contrário.

O Relatório do Comité Central do PSUA elogia as amplas e cada vez mais intensas actividades que os países libertados da África, Ásia e América Latina desenvolvem no plano das relações internacionais.

Após salientar que a RDA estabeleceu relações com os referidos países porque nos identificamos com a luta anti-imperialista em prol da paz, da liberdade e do progresso social, o secretário-geral do PSUA salientou que a RDA tem um alto apreço pelo Movimento dos Países Não-Alinhados, pois os seus objectivos anti-imperialistas conferem-lhe um papel importante na luta pela paz e por um sistema justo de relações equitativas no plano da política e da economia internacionais.

Depois de salientar que nos últimos anos ocupou um lugar importante a solidariedade praticada pela RDA para com os povos em luta do Vietname, Laos, Kampuchea, Angola, Moçambique, Etiópia, Afeganistão, Chile, Nicarágua e Zimbábue, o Relatório do Comité Central expressa o ponto de vista da RDA relativamente à paz e segurança no Próximo Oriente, sendo requisito essencial a retirada completa de Israel de todos os territórios palestinos e dos árabes ocupados, garantindo-se os direitos inalienáveis do povo árabe da Palestina, incluindo o seu direito de regresso à pátria, à autodeterminação e à fundação de um Estado palestino independente.



## Uma agricultura desenvolvida e industrializada

A agricultura da RDA encontra-se na via de transição para métodos industriais de produção. A política agrária da RDA segue dois objectivos estreitamente interligados:

- aumentar continuamente a produção e a sua eficiência na agricultura e na indústria de produtos alimentares, a fim de garantir o abastecimento estável e cada vez melhor do povo com géneros alimentícios de alta qualidade, e da indústria com matérias-primas;
- fazer com que as condições de vida nas aldeias se aproximem das cidades, quer dizer, eliminar gradualmente as diferenças essenciais entre a cidade e o campo.

Na RDA, 6,3 milhões de hectares de todo o território são aproveitados pela agricultura. Contudo, há apenas 0,37 hectares de terreno arável por habitante. Como é impossível aumentar esta superfície, cabe à agricultura, principalmente, intensificar a produção a fim de produzir cada vez mais produtos vegetais e animais em cada hectare de terreno arável. Por exemplo, em 1979 a produção média de leite por vaca crioula-se em 3 873 litros. O aumento dos efectivos pecuários ultrapassou, em 1980, o do ano anterior.

Efectivo pecuário em 20/11/1979	(milhares de cabeças)
Bovinos	5 596
Vacas	2 124
Suinós	12 132
Porcas	1 248
Ovinos	1 979
Galinhas poedeiras	26 500

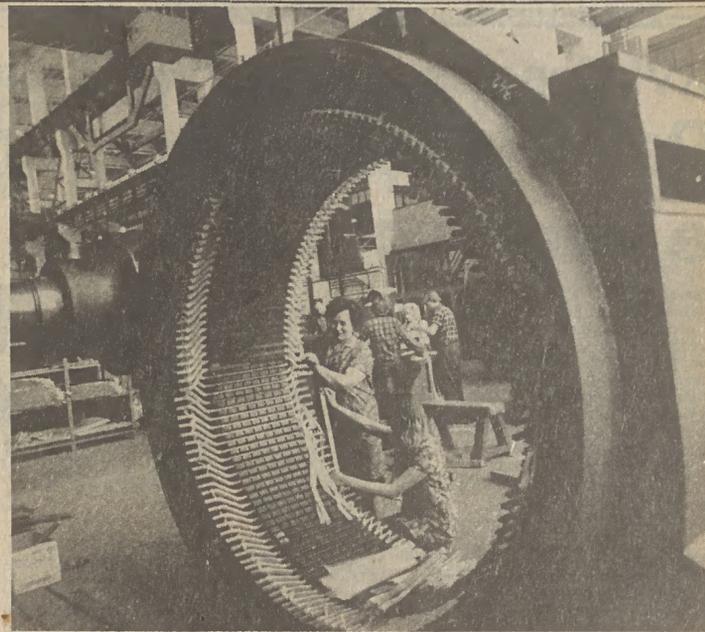
A RDA obteve em 1980 a terceira maior colheita de cereais desde a sua fundação atingindo um resultado de 3,81 toneladas por hectare.

Na produção vegetal foram alcançados, em 1979, os seguintes resultados por hectare (toneladas por hectare):

Cereais	3,55
Oleaginosas	1,72
Leguminosas	2,66
Batatas	22,0
Beterraba açucareira	26,0
Plantas forrageiras/Campestres	35,2
Tubérculos p/forragem	53,0
Milho verde e de silagem	35,0
Prados e pastagens	28,7

Na agricultura da RDA, Estado industrializado altamente desenvolvido, trabalham apenas cerca de 820 000 pessoas. Há 30 anos este número era três vezes maior. Verificou-se, no entanto, uma subida na produção e na produtividade.

A agricultura da RDA desde há anos que está a altura de abastecer o povo, na base da produção própria, com os géneros alimentícios básicos (exceto açúcar, frutas, verduras e uma parte do trigo). No futuro pretende-se dedicar mais atenção ao cultivo de cereais, verduras, frutas, lúpulo e especiarias a fim de se reduzir as importações dispendiosas, na medida do possível.



RDA: um dos dez países mais industrializados do mundo

## Uma indústria em desenvolvimento Reduzir os gastos não significa reduzir a produção

A República Democrática Alemã é hoje, graças à diligência dos trabalhadores e do seu alto nível de formação, um Estado industrializado moderno com uma agricultura avançada, grandes realizações técnico-científicas e um comércio externo considerável. Ocupa um lugar na lista dos primeiros dez países industrializados do mundo.

Dispondo de 38 por cento do total de trabalhadores e de 63 por cento dos meios fixos, a indústria produziu 61 por cento do rendimento nacional. Os ramos mais importantes da indústria são a construção de máquinas e de veículos, a indústria química, a electrónica, a electrotécnica e a indústria ligeira e alimentícia. A indústria predomina também nas exportações, sobretudo com produtos da indústria metalúrgica.

A produção industrial de mercadorias atingiu em 1979 um volume de mais de 351 bilhões de marcos sob preços efectivos. A fonte principal do crescimento

é o aumento da produtividade do trabalho cuja contribuição foi de 94 por cento.

O crescimento económico nos anos anteriores provocou uma necessidade constante e crescente de matérias-primas e de energia. Daí resultam para a RDA exigências adicionais — para além da exploração dos recursos no mercado capitalista. A prospeção e a extração dos recursos nacionais — incluindo a comercialização e o aproveitamento mais intenso das matérias-primas secundárias — assume, portanto, uma significação particular.

Deste modo, 60 por cento dos investimentos realizados na indústria em 1979 destinaram-se à ampliação de uma base energética e de matérias-primas forte e moderna.

### Iniciativas dos operários

Numerosas iniciativas dos trabalhadores e a aplicação de novos conhecimentos técnico-científicos permitiram reduzir o gasto de combustíveis, matérias-primas e materiais em 4 por cento. Nos primeiros nove meses do ano de 1980 conseguiu-se uma redução absoluta do gasto de energia primária em 2,3 por cento, em comparação com 1979; isto corresponde à poupança de dois milhões de toneladas de unidades de hulha ou de 6,6 milhões de toneladas de lignite em bruto, respectivamente.

Através de medidas da organização científica do trabalho e da introdução rápida dos mais recentes conhecimentos técnico-científicos na produção economizou-se, em 1979, 364 milhões de horas de trabalho e reconverteu-se 232 mil postos de trabalho nas empresas da indústria, da construção civil e dos transportes. Mais de 41 000 trabalhadores beneficiaram da eliminação de condições de trabalho especialmente difíceis ou prejudiciais à saúde.

Qualquer trabalhador que troca o seu antigo posto de trabalho por outro, pela introdução de técnicas modernas, recebe oportunamente e sem redução de salário a formação necessária para o novo trabalho. É válido o princípio de que a introdução de inovações técnico-científicas deve ser acompanhada sempre pela melhoria das condições de trabalho e de vida dos trabalhadores nas empresas.

Atualmente, 38 por cento do equipamento existente nas empresas tem cinco anos ou menos de uso. Para além da entrada em funcionamento dos mais modernos equipamentos, aumentou a quota dos investimentos na racionalização para fins de reconversão em alguns ramos industriais. A aplicação de investimentos na racionalização aumentará no futuro ainda mais.

A proporção de trabalhadores, cujas propostas contribuem para o aumento da produção e, portanto, para o crescimento económico da RDA, está a crescer de ano para ano. Isto refere-se tanto às propostas que visam aperfeiçoar a tecnologia e a qualidade como às que visam reduzir os gastos de material e os custos.

Mais de 1,7 milhões de trabalhadores, isto é, um terço dos trabalhadores das empresas nacionais, entre eles 1,1 milhões de operários, 567 000 mulheres e 385 000 jovens, participaram em 1979 no chamado movimento de inovadores. O proveito anual destas inovações era de 4,5 bilhões de marcos em toda a economia nacional no ano de 1979. Dois milhões de trabalhadores participaram na discussão do plano económico de 1981. Eles apresentaram mais de 1,2 milhões de propostas para o aperfeiçoamento da produção e da gestão da produção.

### A criação de complexos industriais

Tem-se vindo a verificar um processo de concentração da produção nos últimos anos. Surgiram complexos industriais de alta capacidade. No início de 1980 havia 129 complexos deste tipo que empregavam mais de 2,4 milhões de trabalhadores. Cerca de nove décimos do potencial de investigação e desenvolvimento industriais, representados por mais de 113 000 empregados, concentram-se nos complexos industriais. A parte dos complexos industriais na produção de mercadorias anda à volta de 88 por cento. A criação dos complexos industriais visa a obtenção dos maiores resultados económicos possíveis.

Entre os complexos com mais êxitos encontram-se hoje a empresa estatal Carl Zeiss Jena, o Complexo Petroquímico de Schwedt, a Robotron, em Dresden (máquinas de processamento electrónico de dados) e o Complexo de Máquinas-Ferramentas «Fritz Heckert» em Karl-Marx-Stadt.

Um dos complexos mais novos é a «VEB Automatisierungsanlagenbau» cuja pauta de produção abrange em primeiro lugar instalações de automatização para todos os sectores e instalações de comando para a construção de máquinas.

### Aumentar a produção de electricidade

Pela primeira vez desde a fundação da RDA que são criados os pressupostos para produzir mais de 100 bilhões de Kw/h de energia eléctrica. Quase um quarto dessa energia será fornecida pela central eléctrica de Boxberg cuja construção foi concluída em 1980. Com uma capacidade total de 3520mw/h tornar-se-á a maior central eléctrica da Europa a trabalhar à base de lignite.

Também a construção habitacional requer altas capacidades técnicas e científicas o Plano Económico prevê para 1981 a construção de 117 000 habitações e a modernização ou ampliação de 57 500.

Gracias à cooperação com a União Soviética, a RDA pode contar com o fornecimento estável das matérias-primas necessárias. Segundo os resultados da coordenação do plano está previsto que a URSS forneça à RDA em 1981 entre outras as seguintes matérias-primas:

- 19 milhões de toneladas de petróleo, 6,5 bilhões de metros cúbicos de gás natural, 3,2 milhões de toneladas de aço laminado, 1,7 milhões de toneladas de minérios de ferro, 960 000 toneladas de ferro bruto, 66 200 toneladas de ferro em liga, 130 000 toneladas de alumínio, 42 300 toneladas de cobre, 1,5 milhões de metros cúbicos de madeira serrada e 85 000 toneladas de algodão.

A vantagem da RDA nestes fornecimentos resulta do facto dos preços serem fixados de harmonia com os princípios do GEME. Trata-se de preços inferiores aos preços do mercado mundial capitalista. Para o pagamento destas matérias-primas a RDA, pela sua parte exportará em média crescente máquinas e equipamentos de grande capacidade, em particular para os ramos de matérias-primas e combustíveis, bem como produtos químicos e bens de consumo valiosos.



A fabricação de maquinaria está muito desenvolvida, e detém um importante lugar na exportação

## Saudação do PCP ao Partido Socialista Unificado da Alemanha

Por ocasião do X Congresso do Partido Socialista Unificado da Alemanha, o Comité Central do PCP enviou ao Comité Central do PSUA a seguinte saudação:

Queridos camaradas, O Comité Central do Partido Comunista Português transmite ao Comité Central do Partido Socialista Unificado da Alemanha, aos delegados do seu X Congresso e, por seu intermédio, aos comunistas e ao povo trabalhador da República Democrática Alemã, as saudações calorosas e fraternais dos comunistas portugueses.

São conhecidos em Portugal os êxitos relevante alcançados pelos trabalhadores e o povo da RDA na edificação da sociedade socialista desenvolvida, sob a direcção do seu partido de vanguarda, o Partido Socialista Unificado da Alemanha. É com espírito solidário que acompanhamos os vossos esforços pelo crescimento contínuo do bem-estar material e cultural, pela felicidade do povo da RDA, primeiro Estado socialista de operários e camponeses em solo alemão. A orientação consequente e decidida do PSUA e do Estado da RDA constitui um substancial contributo para a salvaguarda da estabilidade política e militar no centro da Europa e é um factor de desanuviamento e de paz que julgamos da maior importância para os povos do nosso continente, para toda a humanidade.

Os comunistas portugueses fazem votos pelos maiores sucessos nesta vossa luta e neste vosso trabalho pacífico e criador pela paz e o socialismo.

Querido camaradas, O PCP encara de forma confiante a evolução política internacional, mau grado a existência de perigos graves para a paz e a segurança dos povos.

Os círculos mais agressivos da reacção mundial e do imperialismo norte-americano, a braços com profunda e generalizada crise, têm vindo a agravar a tensão internacional e a acelerar desenfreadamente a corrida aos armamentos. Face à resistência crescente dos povos, o imperialismo é levado a recorrer de forma aventureira à velha política de ameaças, de ingerência e de desestabilização, de agressão e de guerra, e a caldeá-la no suporte propagandístico e de diversão das campanhas anticomunistas e anti-soviéticas.

Contudo, o mundo mudou muito nas últimas décadas. A iniciativa histórica passou de forma decisiva para o campo das forças revolucionárias. Reforça-se a capacidade económica e defensiva da União Soviética e dos outros países socialistas, aumenta a sua influência moral e política. A luta de classes agudiza-se à escala internacional. O movimento operário e as forças de progresso nos países capitalistas intensificam a luta pelos

seus interesses económicos, sociais e políticos. Alarga-se a luta dos povos pela liberdade, contra a dominação imperialista.

Os comunistas portugueses consideram que a unidade de acção e a estreita coesão do movimento comunista internacional na base dos princípios do marxismo-leninismo e do internacionalismo proletário, constituem factores determinantes para a defesa e o reforço da cooperação e unidade das forças revolucionárias, anti-imperialistas e amantes da paz do mundo inteiro, assim capazes de contrariar e finalmente derrotar as manobras do imperialismo e da reacção.

Queridos camaradas, Em Portugal, sete anos decorridos sobre o derrube da ditadura fascista, são grandes os perigos para a democracia. As forças da reacção e do passado, que têm o governo e dispõem da maioria na Assembleia da República, continuam a sua acção visando destruir as liberdades, a Reforma Agrária e as nacionalizações. Por seu turno, os trabalhadores portugueses, organizados num poderoso movimento operário e popular, resistem às ofensivas do governo da reacção e do imperialismo. Ao derrotarem, nas eleições para a Presidência da República em Dezembro último, o plano de assalto global ao poder das forças do grande capital e da reacção, os trabalhadores e as forças democráticas criaram condições mais favoráveis para o prosseguimento da luta.

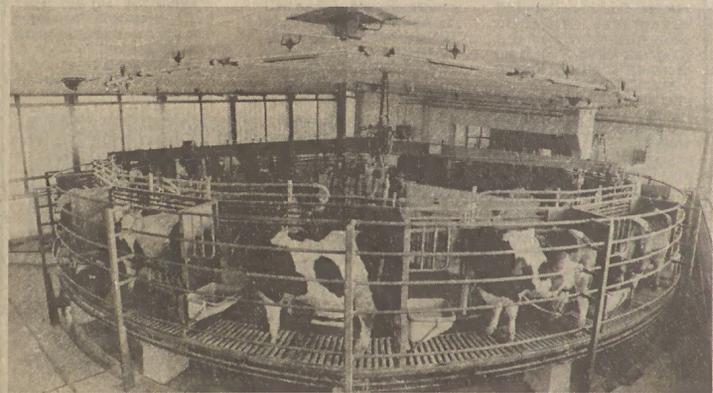
O PCP multiplica os seus esforços para reforçar e ampliar a luta da classe operária e das massas populares e pela unidade das forças democráticas, pela demissão do actual governo reaccionário e por uma alternativa política democrática conforme com a Constituição da República.

Neste quadro de luta complexa e difícil, e apesar dos graves perigos para a democracia, os comunistas portugueses confiam que as liberdades democráticas e as conquistas de Abril serão defendidas.

Queridos camaradas, Fazendo mais uma vez votos sinceros pelo pleno êxito dos trabalhos do vosso X Congresso, reafirmamos-vos o empenho dos comunistas portugueses no reforço dos laços de cooperação e solidariedade fraternal existentes entre o Partido Comunista Português e o Partido Socialista Unificado da Alemanha, como factor da aproximação e amizade entre os nossos dois povos e países, ao serviço da causa comum da liberdade, do progresso, da paz e do socialismo.

Viva o X Congresso do Partido Socialista Unificado da Alemanha!

Viva a amizade fraternal entre o Partido Comunista Português e o Partido Socialista Unificado da Alemanha! Viva o internacionalismo proletário!



Uma pecuária servida por técnica avançada

**Movimento comunista**

# XVI Congresso do Partido Comunista da Checoslováquia Participação popular e internacionalismo

Terminou, dia 10, em Praga, no grandioso salão do recém-construído Palácio da Cultura, o XVI Congresso do Partido Comunista da Checoslováquia. Foram aprovados todos os documentos fundamentais de análise e perspetivação da vida política e socioeconómica nacional e eleitos os órgãos directivos do Partido.

Terminados os trabalhos do Congresso poderemos dizer que este se caracterizou por um vincado internacionalismo, pela sua contribuição à luta pela paz, e ainda pela ampla participação de todas as organizações do Partido e dos trabalhadores checoslovacos.

Os factos fundamentam e comprovam esta caracterização. 114 delegações estrangeiras estiveram presentes no Congresso. Mais 26 que no Congresso anterior, e abarcando uma ampla gama de partidos e movimentos, com grande peso — a par dos partidos comunistas e operários dos países socialistas e dos

países capitalistas desenvolvidos — dos partidos comunistas e operários da África e da América Latina e dos partidos democráticos e revolucionários e movimentos de libertação de todo o mundo. Presentes também como convidados cinco partidos sociais-democratas e socialistas.

A nível internacional, constituiram tónica das interven-



resolução de tarefas que são de todos, e de casos de afastamento entre os comunistas e as massas trabalhadoras, destacados no Relatório da actividade da Comissão Central de Controlo — é grande a participação popular em toda a acção político-económica exigida pelo Congresso e pelas perspectivas aprovadas no salão da Casa da Cultura.

Na cidade de Praga registaram-se, durante o último quinquénio, 185 milhões de horas de trabalho voluntário, vertidas em particular na construção de escolas e parques infantis e zonas verdes. Em todo o país 205 mil colectivos, num total de 2 770 000 trabalhadores, participaram no movimento das brigadas de trabalho, com um total de 148 mil quadros técnicos e 53 mil operários, apresentaram

28 mil novos projectos para aumentar a produção e a produtividade do trabalho.

A participação da Juventude nesta expressão da emulação socialista em honra do Congresso é marcante: um total de 72 180 956 horas na produção, 35 087 682 horas na protecção do meio ambiente. E a apresentação de 40 437 projectos de inovação, dos quais 20 875 foram levados à prática com um efeito económico de mais de 518 milhares de milhões de coroas (a moeda checa).

Um movimento que não se circunscreve a uma data especial mas faz parte do quotidiano do socialismo e se projecta agora também para o futuro. Assim, até à abertura do Congresso, 10 160 empresas, 309 400 colectivos e 2 947 460 trabalhadores assumiram compromissos de trabalho para o novo quinquénio. No próprio dia da abertura dos seus trabalhos o Congresso recebeu um total de 730 relatórios sobre novos compromissos de trabalho, esforços extraordinários e mensagens de saudação.

Um movimento só possível onde os trabalhadores estão a construir o seu próprio futuro, o seu próprio presente, e disso têm consciência.



A Tribuna do XVI Congresso do PC da Checoslováquia

## A delegação do PCP contactou com os operários e os jornalistas

O Partido Comunista da Checoslováquia deu a todos os seus convidados dos diversos países do mundo a possibilidade de contactar com os jornalistas e trabalhadores checos. A delegação portuguesa — constituída pelos camaradas Carlos Costa, membro do Secretariado e da Comissão Política do CC do PCP e a camarada Zita Seabra, do CC do PCP — participou assim, numa conferência de imprensa no centro de imprensa organizado para o Congresso e num encontro com os trabalhadores do complexo industrial químico Kaucuk, na cidade de Kralupy.

«A História dos vossos 33 anos de socialismo é também uma lição (por vezes amarga) para os comunistas e revolucionários do mundo inteiro de que o imperialismo e os reaccionários e oportunistas internos não desarmam, não desistem dos seus objectivos contra-revolucionários e sabem aproveitar todos os erros, faltas de vigilância ou qualquer momentânea alteração na correlação de forças para minar, e depois tentar subverter, qualquer regime progressista e, sobretudo, os países socialistas de maior importância estratégica» — afirmou, perante os trabalhadores da Kaucuk, o camarada Carlos Costa.

Descrevendo em termos gerais a actual situação política e económica em Portugal, o chefe da delegação portuguesa abordou ainda os prementes problemas internacionais do momento actual, destacando: «A irresponsável administração dos Estados Unidos desencadeou um novo impulso na corrida aos armamentos e lançou um plano de apoio às forças reaccionárias o que constitui uma grosseira ingerência nos assuntos internos de países que se libertaram ou lutam por se libertar da exploração capitalista e da opressão imperialista. Toda esta frenética actividade do imperialismo põe em perigo sério a paz mundial.»

«Daí a importância do reforço do movimento comunista e operário internacional que se repercutirá, de forma positiva, no reforço e coesão de todas as outras forças revolucionárias, anti-imperialistas e amantes da paz. A defesa directa e indirecta da paz mundial tornou-se a tarefa prioritária à escala mundial, até porque a paz mundial é a principal condição de êxito das lutas libertadoras dos povos.»

Na conferência de imprensa em que participou a nossa delegação, Carlos Costa sintetizou as suas impressões do XVI Congresso do Partido Comunista da Checoslováquia, salientando a forma realista e a coragem política como o Coragem

equacionou os problemas, e a sua importância não só para o povo checoslovaco mas também para todos os povos, como contribuição para a luta pela paz, luta em que os países socialistas, com destaque para a União Soviética, têm o papel principal.

«Ao longo do diálogo estabelecido com os jornalistas, Carlos Costa teve a oportunidade de esclarecer a posição do PCP relativamente a alguns pro-

blemas nacionais e internacionais. Numa referência à política externa do Governo português, classificou-a como de alinhamento a 100% com os Estados Unidos, afirmando que se pode considerar o Ministério dos Negócios Estrangeiros como uma sucursal provocatória da Secretaria de Estado norte-americana. E afirmou: «Se podemos esperar que este Governo deixe de ser governo».



Conferência de Imprensa



Checoslováquia socialista: um alto desenvolvimento industrial só possível com o avanço técnico, a organização do trabalho e a participação popular

### Por Lígia Calapez nossa enviada especial

países capitalistas desenvolvidos — dos partidos comunistas e operários da África e da América Latina e dos partidos democráticos e revolucionários e movimentos de libertação de todo o mundo. Presentes também como convidados cinco partidos sociais-democratas e socialistas.

ter sido alterado ao ritmo normal, e a calma segurança — porque essa é negável, aos olhos de quem quer que seja — que caracteriza a vida deste grande país socialista, poderia passar por indiferença face ao mais marcante acontecimento da vida nacional checoslovaca. Entretanto, e para além de alguns problemas pontuais de falta de empenhamento na

## Kaucuk: um exemplo do que é o socialismo

A análise da situação económica global e o plano económico para o novo quinquénio constituem, em qualquer congresso de um partido comunista de um país socialista, um dos momentos mais importantes dos seus trabalhos. Porque tal análise constitui um indicativo certo do que vai bem e do que vai mal na construção do socialismo. Porque os novos planos — elaborados colectivamente — dizem respeito ao futuro de todos os trabalhadores, e impõem a sua total mobilização.

Neste momento as tarefas que se colocam ao povo checoslovaco são: a obtenção de um rendimento nacional, nos próximos cinco anos, de 14 a 16% a intensificação e aprofundamento da participação na actividade do CAME (forma de integração económica entre os países da comunidade socialista) — tudo isto nas condições de uma limitação de investimento e com o objectivo máximo do socialismo — a melhoria constante das condições de vida materiais e culturais dos trabalhadores, do povo checoslovaco.

Em síntese trata-se de passar do crescimento extensivo da produção a um crescimento intensivo. Tarefa não cumprida no quinquénio anterior e que hoje é a linha de acção determinante de todo o Partido e das massas trabalhadoras checoslovacas.

Que quer isto dizer? Quer dizer que, com um défilé de mão-de-obra que se mantém, sem recurso a maiores investimentos, utilizando muito particularmente matérias-primas e fontes de energia próprias ou de outros países socialistas (na comunidade socialista os preços são mais baixos) — é preciso produzir mais, sempre mais e melhor.

Melhorando decididamente o nível de direcção e planificação; desenvolvendo e aplicando rapidamente os novos conhecimentos científico-técnicos; aumentando permanentemente a produtividade do trabalho pela aplicação de todos os antedecorridos requisitos; participando de forma mais activa na divisão internacional de trabalho dentro da comunidade socialista; ou seja através da integração decidida no CAME.

Muitos passos foram já dados neste sentido. Mas ainda não foi possível cumprir este objectivo fundamental para a construção do socialismo desenvolvido: a economia intensiva, o total aproveitamento de todos os recursos com o mínimo de desperdícios.

O complexo industrial químico Kaucuk, na cidade de Kralupy, é um bom exemplo do caminho que está a ser seguido pela economia checoslovaca.

Em 1958 havia aqui um campo de aviação civil. Mais nada. De 1958 a 1963 cerca de 2 000 jovens construíram uma verdadeira cidade industrial. De 1963 a 1980 a produção — borracha, plástico, outras matérias — passou de 300 milhões de coroas para 5 mil milhões de coroas. No decurso do 6.º plano o desenvolvimento da empresa sofreu um novo

impulso, tendo então sido construída a refinaria. Actualmente 73% da produção da fábrica é constituída por petróleo e os seus derivados.

Os trabalhadores da Kaucuk cumpriram sempre todos os planos. O último plano foi cumprido a 104% (no que respeita a produção propriamente dita — 109%). Dos 14 produtos fabricados pela empresa, 13 são de alta qualidade, ou seja, do mais elevado nível técnico mundial.

O cumprimento dos planos representa não só os aumentos planificados para a produção, mas também: o mínimo de desperdícios e de poluição do meio ambiente, a utilização privilegiada de recursos nacionais, consumo mínimo de energia, a aplicação rápida e sistemática das novas descobertas científico-técnicas (a refinaria é dirigida por um computador), medidas de direcção económica de acordo com um ritmo de laboração intensivo — em síntese, uma alta produtividade de trabalho.

Nada disto se obtém por acaso. Exige — fundamentalmente — o empenhamento,

a consciência, a alta qualificação dos trabalhadores.

É facto não menos importante, o elevado cumprimento dos planos reflecte-se, de imediato, no nível de vida dos trabalhadores: quer no que respeita a estruturas sociais de apoio, como a escola infantil, o campo de pioneiros ou o palacete nas montanhas para as férias de inverno dos trabalhadores, quer no nível de salários — uma média de 3 000 a 3 200 coroas, quando o salário médio nacional é de quase 2 000 coroas.

A empresa tem um total de 3 100 trabalhadores, 96% são sindicalizados. Estão constituídas 76 brigadas de emulação socialista e 13 brigadas de racionalização. Os compromissos colectivos para o próximo quinquénio englobam 800 trabalhadores.

O Partido tem nas suas fileiras 550 militantes, dos quais 80% são os melhores operários da empresa. A média de adesões por ano é de cerca de 40 novos militantes. Para activação do trabalho ideológico e intensificação da formação político-ideológica dos militantes, estão constituídos 16

grupos de debate ideológico e 88 militantes cursam marxismo-leninismo.

A juventude comunista conta com 320 militantes e tem um importante papel na empresa.

Na Refinaria todos estes dados são ainda relativamente mais elevados. 220 trabalhadores entre operários e técnicos (70). A maioria dos trabalhadores tem uma instrução superior à média. 6 brigadas de trabalho socialista, 6 brigadas de racionalização, 96 a 98% de participação dos trabalhadores na emulação socialista. Todos os trabalhadores sindicalizados. O número de militantes do Partido é de 37% do total dos trabalhadores da empresa. A juventude comunista mobiliza 45% dos jovens.

Um exemplo muito claro da ligação fundamental que existe entre bom trabalho, cumprimento dos planos, alto nível de cultura, ideológico e de participação social, peso e actividade dos comunistas, nível de vida alcançado. Uma relação exclusiva do socialismo. Uma relação que é base no socialismo e que nunca pode ser descuidada.

## Conversações concretas e construtivas — propõe Brejnev

«Imagine-se que a União Soviética declarava: antes de encetar negociações sobre a solução de qualquer problema internacional, as potências ocidentais devem alterar a parte da sua política que a nós e a muitos outros desgasta. Exigimos que os Estados Unidos retirem primeiro as suas forças militares de tal ou tal país, de tal ou tal base militar no estrangeiro. Que deixem de apoiar ou fornecer armamento a tais ou tais regimes ditatoriais terroristas.

«Alguém levaria a sério semelhante abordagem do problema em negociações sérias?»

Esta a questão oportunamente colocada por L. Brejnev, secretário-geral do Partido Comunista da União Soviética, no XVI Congresso do Partido Comunista da Checoslováquia. Porque na verdade é este o tipo de absurdas exigências que os EUA e a NATO pretendem

fazer à União Soviética e restantes países socialistas. O que em sùmula só pode ter um significado: a recusa em aceitar verdadeiras negociações em prol do desanuviamento do desarmamento, da paz.

«Aqui, no centro da Europa, quero mencionar particularmente uma das novas propostas soviéticas» — disse Brejnev.

«A corrida aos armamentos nucleares que se intensifica na Europa está a converter-se num perigo de morte para todos os povos europeus. Para poder abordar de alguma forma a solução prática de este problema, propomos por agora manter pelo menos no estado actual, ou seja, interromper a ulterior deslocação de novos foguetões nucleares de médio alcance assim como a substituição dos já existentes, pertencentes à União Soviética e aos países da NATO na Europa. Naturalmente, incluindo as armas nucleares norte-

-americanas nesta região. Esta moratória poderia estar em vigor até a conclusão de um acordo duradouro sobre a limitação, ou melhor a redução, das referidas armas nucleares de ambas as partes da Europa».

Não deixando — para quem quiser ver — qualquer espécie de dúvidas quanto aos intentos e objectivos da União Soviética, L. Brejnev afirmou ainda:

«O nosso objectivo é solucionar o mais actual e o mais importante: as questões internacionais relacionadas com o fortalecimento da paz. Propomos às partes interessadas levar a cabo conversações concretas e construtivas sobre estes problemas, a qualquer nível, sem condições prévias. Se alguém tem outra proposta sensata, estamos dispostos a considerá-la».

«Quem não quer a paz? A quem não interessa o diálogo?»

## A situação na Polónia

O peso dos problemas que hoje se vivem na Polónia e a solidariedade e inter-relação que uns e outros socialistas num todo, estiveram presentes ao longo dos trabalhos do Congresso.

Quer como problemas derivados de erros cometidos no plano económico e político, quer pelo perigo real que constituem aquando utilizados, e por outro, o estão inequivocamente a ser, por forças claramente anti-socialistas.

Na sua intervenção perante o plenário do Congresso, o chefe da delegação do Partido Operário Unificado Polaco, camarada Stefan Olszowski, salientou, por um lado, os grandes êxitos obtidos nos 36 anos de poder popular e de construção do socialismo e, por outro, a crise que se vive no país. «Põe também em perigo os valores supremos — o espírito do Estado socialista e as suas estruturas. Os adversários do socialismo esforçam-se por utilizá-la, constituindo pela sua actividade uma ameaça contra-revolucionária e minando a maior conquista do nosso desenvolvimento do pós-guerra — a estabilização do Estado socialista polaco».

«Os acontecimentos na Polónia estão ligados ao sistema de segurança de Estado dos outros países da comunidade socialista. O Partido Operário Unificado Polaco, consciente da sua responsabilidade patriótica e internacionalista, terá forças e vontade suficientes para fazer sair o país da crise social e económica na via de um desenvolvimento socialista estável».

A importância da unidade da comunidade socialista e a confiança na capacidade do POUP e do povo polaco de superar a actual crise — salientadas na intervenção inicial do camarada Husak — foram igualmente realçadas na

intervenção do camarada Brejnev, que afirmou: «os nossos êxitos inquietam os nossos adversários de classe. Estes tratam de fazer o possível por travar o desenvolvimento do socialismo, por desintegrá-lo por dentro. Com este objectivo utilizam todos os meios de pressão económica e de chantagem, de propaganda caluniosa, de astúcia e demagogia, instigam e fomentam as forças contra-revolucionárias onde subsistem e se registam actividades subversivas».

E prosseguiu: «Tentativas deste tipo estão a concretizar-se contra a República Popular da Polónia. Entretanto, na nossa opinião, os comunistas polacos, apoiados por todos os verdadeiros patriotas polacos, saberão opor-se em função das necessidades às intenções dos inimigos do regime socialista, os que simultaneamente são adversários da independência da Polónia, e saberão defender o socialismo, os legítimos interesses do povo, a honra e a segurança da sua pátria».

A crise que se vive na Polónia é particularmente sentida na Checoslováquia, onde não se esquece, nem se quer esquecer,

a dolorosa e significativa crise de 1968.

Não há analogias absolutas, as experiências não se repetem. Mas é fora de dúvidas que há traços fundamentais que se reproduzem hoje na Polónia, traços que caracterizam também os acontecimentos na Checoslováquia de 1968. Isso mesmo foi realçado pelo ministro dos Negócios Estrangeiros checoslovaco, em conferência de imprensa, que destacou analogias como: o movimento contra o papel dirigente do Partido e contra a cooperação com a URSS. «Em Carcônia já se distribuem tarjetas apelando ao assassinato dos comunistas» — informou.

Um dos muitos factos que nos leva a perguntar, que tem isto a ver com reivindicações económicas e sociais? Que tem isto a ver com a já longínqua reivindicação de não aumentar o preço do bife? Não ignorando, não esquecendo nunca, os erros e problemas reais que puderam dar ao movimento em curso um carácter de massas, hoje é claro que o que está em causa é uma acção provocatória de grande envergadura, onde muitos são peões, sem o saberem, da ofensiva imperialista na batalha internacional de classes de que a Polónia é neste momento um centro fundamental.



Leonid Brejnev (na foto, junto a Gustav Husak) chefiou a delegação do PCUS ao Congresso



# Contra o Governo AD/Balsemão acções de massas por todo o País

Em 18 localidades, mais de vinte acções de rua de vários tipos, sobretudo concentrações com relevo para Évora, vilas e cidades da zona, Lisboa, Porto, Guimarães, Amadora e Faro, assinalam desde a última quinta-feira, incluindo as anunciadas para ontem, amanhã e sábado, uma grande movimentação de massas contra a carestia, por aumentos salariais condignos, em defesa das nacionalizações, da Reforma Agrária e das restantes conquistas democráticas dos trabalhadores. Algumas dessas manifestações tiveram e terão um carácter mais localizado, como a manifestação dos trabalhadores da Renault na Guarda e a que se previa para ontem na zona do Alto Tâmega relacionada com os pequenos agricultores e o preço da batata.

Ponto central de todas as acções populares é o protesto veemente contra a política do Governo, principalmente no que respeita à subida incontrolada dos preços de produtos de primeira necessidade, aos assaltos do Governo contra a Reforma Agrária, o desemprego na zona e os conflitos em centenas de empresas por todo o País, designadamente devido aos baixos salários e à repressão.

Outro ponto central dessas acções de massas é o facto de coincidirem e se coordenarem com outras formas de luta com destaque especial para as paralisações em empresas e sectores, designadamente na Função Pública (artigo na pág. 5).

A primeira em data das manifestações e concentrações aqui referidas é a da Guarda. Trabalhadores da fábrica Renault manifestaram ao governador civil a sua preocupação pelos postos de trabalho. Reivindicando informações sobre o plano Renault para Portugal, os trabalhadores e os Sindicatos, designadamente o dos Metalúrgicos, que promoveu a manifestação, em que participaram representantes das unidades de Setúbal, Lisboa e Cacia, justificam plenamente a sua preocupação pelos postos de trabalho afirmando que não só a produção tem sido reduzida como foram despedidos dez trabalhadores com contratos a prazo e mais «40 a aguardarem o mesmo destino». No mesmo dia, quinta-

-feira da semana passada, na sessão pública da Câmara Municipal do Porto um numeroso grupo de mulheres repudiava alto e bom som o agravamento insuportável do custo de vida.

milhares de pessoas concentraram-se e desfilaram até à Câmara Municipal onde dois dirigentes sindicais repudiaram a política do Governo AD/Balsemão e referiram-se à situação social no concelho e às

acontece — acrescentou Helder Madeira — a coligação no Poder destina milhões de contos para indemnizações aos exploradores de sempre, uma medida ultrajante e afrontosa para quem trabalha e produz riqueza». Foi reclamada a aplicação da Lei das Finanças Locais.

## Um desfile imprevisto em Guimarães

Ainda segundo o correr dos dias, no sábado, dia 11, foi a vez de Guimarães. De início, os

aumentos constantes e enormes, de tal forma que, como lembram os promotores da jornada de luta, «se não for posto um travão cada dia os salários serão mais insuficientes para sustentar a família, originando a fome, a doença». Os Sindicatos vimezanenses, designadamente os Têxteis, Metalúrgicos, Rodoviários, Químicos, Construção Civil e Calçado, divulgaram um manifesto exortando a população a participar na jornada contra a carestia e pelo aumento de salários, contra a repressão nas empresas e pela garantia de emprego e dos postos de trabalho.

## Cinco detidos no Porto

Assume, entretanto, aspectos extremamente graves o comportamento de diversos agentes da PSP no decurso da concentração de trabalhadores dos STCP, junto ao governo civil, no decurso da semana passada. Diversos agentes à paisana desenvolveram deliberada actividade provocatória junto dos trabalhadores, proferindo graves insultos e ameaças. Quando os trabalhadores reagiram a este comportamento de

quem era estranho à manifestação, os agentes, abusando claramente da autoridade, detiveram cinco trabalhadores que foram sujeitos, na esquadra, a um tratamento humilhante e provocatório. O comportamento destes agentes é inamissível no Portugal Democrático e exige rigoroso procedimento por parte dos responsáveis da PSP. Visitava o Porto o Primeiro-Ministro (leir na pág. 3). Natural seria que os trabalhadores procurassem manifestar junto dele o seu descontentamento pela política seguida pelo Governo, designadamente na questão dos salários dos STCP (Serviços de Transportes Colectivos do Porto). E houve várias manifestações e concentrações antecedendo a do dia 14, terça-feira, que foi promovida pela CUM (Comissão Unitária de Mulheres) com o apoio de outras organizações populares contra a carestia e pelo aumento dos salários. Largos milhares de pessoas desfilaram por várias artérias da cidade. O desfile começou na Avenida dos Aliados e acabou na Praça Humberto Delgado. Não houve incidentes. Houve

foi grande entusiasmo e vontade de vencer um Governo que procura constantemente o confronto com os trabalhadores, como se já não bastasse o confronto directo que eles têm de assumir em tantas empresas.

## Concentrações por todo o Algarve

No princípio desta semana eram anunciadas várias concentrações no Algarve. Trata-se aqui de um problema nacional que determina, segundo julgamos, com este alcance pela primeira vez, acções populares deste tipo. As concentrações destinam-se a protestar contra a paralisação dos Tribunais do Trabalho onde apodrecem milhares de processos por todo o País.

Ligada a essa incapacidade dos Tribunais está o da Inspeção do Trabalho, questão que já por várias vezes foi abordada aqui no «Avante!». Grande parte da impunidade do patronato, que continua a reprimir os trabalhadores e as suas organizações, deve-se por exemplo, entre outros motivos, aos 5 mil processos parados só nos Tribunais do Trabalho de Portimão e Faro. Por isso estava marcada para ontem uma concentração em frente aos edifícios desses Tribunais para protestar contra a sua paralisação. No próximo sábado, pelas 10 da manhã, serão as concentrações nos principais mercados de Vila Real de Santo António, Faro, Silves, Portimão, Olhão e Lagos. Os manifestantes vão protestar contra a escalada dos preços e por melhores salários.

## Lisboa, Amadora, Leiria, Montijo

As mesmas palavras de ordem contra a carestia e pelo aumento dos salários ouviram-se ainda na última terça-feira, em

Lisboa (Largo das Fontainhas, em Alcântara), na Amadora e em Leiria. As reivindicações não são diferentes. Os problemas que afligem a grande maioria da população fazem-se sentir por todo o País. A luta pela reposição do poder de compra dos trabalhadores (pelo menos, a reposição) interessa directamente a centenas de milhares de trabalhadores e a milhões, se contarmos com as famílias e com as outras camadas da população afectadas pelo baixo poder de compra, pelo desemprego, pela falta de pagamento dos salários, pela má gestão, pelo encerramento de empresas, pelos despedimentos colectivos, pelas falências de pequenas e médias empresas.

Assim, as reivindicações, as palavras de ordem não podiam variar muito, como não podia variar a indignação com que algumas eram entoadas, designadamente quando era citado o Governo AD/Balsemão, o tecto salarial, o cabaz de compras vazio, a política da direita, os baixos salários e pensões, o grande capital ao assalto das empresas nacionalizadas. Em geral, as acções de massas já realizadas e anunciadas até ao próximo sábado, dia 18, incluindo a do Montijo que decorre na altura em que sai o «Avante!» foram convocadas por organizações unitárias de vários tipos com relevo para o MURPI, o movimento sindical unitário (em alguns casos), as comissões de trabalhadores, de moradores, as colectividades, as Comissões Unitárias de Mulheres (CUM). A manifestação de Alcântara, foi convocada pelo Conselho de Trabalhadores da Zona Ocidental de Lisboa e a ela aderiram 32 organizações de trabalhadores, moradores, jovens, reformados e mulheres.

## • Por melhores salários • Contra a carestia

Ainda na quinta-feira, dia 9, numa concentração em Braga, no Largo do Município, manifestantes exigiam a integração da Sotube na Rodoviária Nacional.

## Unidade e protesto no Barreiro

No dia seguinte, 10, pelas 19 horas, no Parque Catarina Eufémia, no Barreiro, sob o lema da unidade e do protesto por melhores condições de vida e de trabalho,

lutas dos trabalhadores nas empresas. Foram citados os casos da Equimetal, Mompur, Quimigal, CP, Rodoviária, EDP, Móveis Baía. O presidente da Câmara, Helder Madeira, dirigindo-se aos manifestantes, citou nomeadamente o corte orçamental (OGE) no apoio às autarquias e, muito concretamente nesse campo, falou no caso do Barreiro que disporá de menos 155 mil contos. «Enquanto isto

promotores limitaram-se a marcar uma concentração de protesto no Largo de São Francisco. Mas as mais de duas mil pessoas presentes decidiram desfilarem pela cidade fazendo ouvir os anseios mais sentidos na região por quem trabalha nas empresas e por outras camadas da população trabalhadora que sente diariamente quanto custa viver com um Governo destes, viver com



## A situação social exige muito da organização nas empresas e da unidade do movimento sindical

As exigências que se põem à organização sindical nos locais de trabalho são cada vez mais numerosas, variadas e complexas. A maior parte delas liga-se naturalmente à própria organização, à sua qualidade, ao seu reforço. Se pensarmos que neste momento é só no distrito de Lisboa são mais de 160 as empresas em luta e mais de 150 mil os trabalhadores envolvidos, não podemos deixar de ter em grande conta e simultaneamente o que esse facto representa em esforço, dedicação e militância para milhares de delegados e dirigentes sindicais, membros de comissões de trabalhadores, e elementos de outras estruturas intermédias do movimento sindical, do movimento operário e popular.

Um dos grandes perigos que o Governo actual representa para a democracia relaciona-se directamente neste momento com a realidade económica e social. O Governo AD/Balsemão prepara-se, isto é, prepara o terreno para a revisão concreta, objectiva da Constituição, em tudo quanto interessa ao grande capital financeiro, antes de essa revisão começar sequer a ser discutida na Assembleia da República.

As posições bem conhecidas deste Governo nos casos da RN, CP, EDP, TAP, Siderurgia Nacional, Quimigal, e outras grandes empresas nacionalizadas ou de qualquer modo ligadas ao sector empresarial do Estado

destinam-se, através de resoluções e outras medidas que os seus homens de confiança tentam pôr em prática, a esvaziar de qualquer conteúdo prático, as linhas constitucionais que definem o sistema económico em que deve viver o nosso País. Destinam-se a mudar por completo o rumo do regime democrático.

Essas posições do Governo AD/Balsemão constituem por enquanto um risco. E só não passaram daí para diante devido à força dos trabalhadores organizados, à barreira que centenas de milhares de trabalhadores têm oposto através das mais variadas formas de luta e protesto às tentativas de desmembramento de grandes empresas, na defesa dos postos de trabalho, no empenho

posto na contratação colectiva, no reforço da unidade à volta desse objectivo, na luta final contra os fins antinacionais, que a acção deste Governo procura alcançar atacando directamente empresas e sectores.

A barreira que os trabalhadores opõem aos desígnios manifestos deste Governo não é movida automaticamente. Não é o balanço adquirido em lutas anteriores que agora a torna mais forte, que agora a faz mover-se com mais unidade e coesão. A situação social exige muito dos organismos verdadeiramente representativos dos trabalhadores nos locais de trabalho, nas fábricas, nos escritórios, entre os quadros técnicos, na Função Pública. São conhecidas as formas — por vezes até violentas e mesmo

brutais — que algum patronato utiliza na repressão directa sobre os trabalhadores mais prestigiados, sobre os representantes sindicais eleitos, sobre dirigentes de sindicatos, activistas e membros de comissões de trabalhadores e intersindicais.

Esses trabalhadores — os alvos mais próximos desse patronato apoiado descaradamente pelo Governo — devem conciliar à sua volta não apenas a solidariedade momentânea. Devem merecer um apoio e uma ajuda constantes nas suas tarefas e sobretudo nas tarefas de organização.

O clima geral é propício ao reforço da unidade. E sabemos que essa unidade, a unidade dos

trabalhadores, é inseparável da unidade sindical. Não dá unidade sem princípios, mas iniciada na acção concreta, nas movimentações, durante os conflitos e as lutas em desenvolvimento.

É preciso ter presente que o inimigo principal conta sempre com os divisionistas. E que estes já lhe têm prestado bons serviços. Mas é necessário não perder de vista que a acção provocadora e desagregadora do divisionismo é um trabalho isolado e exterior ao movimento sindical. A acção comum, o confronto directo com o patronato mostram que os objectivos comuns são sentidos e compreendidos pelas massas trabalhadoras e que nesse campo o divisionismo só muito

difícil e raramente continuará a ter voz e algum peso.

As formas de luta adoptadas recentemente com mais incidência na opinião pública (designadamente as greves no sector dos Transportes e na Função Pública) têm sido aproveitadas pelo Governo e pelas forças que o apoiam para atacar o direito à greve, a própria lei da greve e a Constituição. O Governo AD/Balsemão usa os grandes meios de envenenamento da opinião pública que descaradamente domina, sobretudo a televisão, para a deturpação sistemática dos motivos e objectivos das lutas dos trabalhadores e das suas organizações representativas, designadamente os sindicatos e outras

associações com relevo para a CGTP-IP. Uma das vias de ataque é a tentativa sempre repetida de desprestigiar o movimento sindical, de o corroer por dentro, de dividir.

É aqui uma das frentes em que a organização sindical não pode fraquejar. Todos os meios que tem são poucos para reforçar a unidade, isolar cada vez mais os divisionistas, repudiar claramente as atitudes sectárias, consolidar alianças no respeito rigoroso pelo funcionamento democrático das estruturas sindicais, na defesa intransigente dos princípios políticos-sindicais por que se rege o movimento sindical unitário, na defesa da unidade orgânica do movimento sindical português.